

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI
CENTRO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA – CCN II
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

GABRIELA SANTOS CAVALCANTE

OCUPAÇÃO PRÉ-COLONIAL DA REGIÃO CENTRO-OESTE
POR POVOS TUPI:
Por uma história de longa duração

TERESINA – PI

2025

GABRIELA SANTOS CAVALCANTE

**OCUPAÇÃO PRÉ-COLONIAL DA REGIÃO CENTRO-OESTE
POR POVOS TUPI:
Por uma história de longa duração**

Monografia apresentada ao Curso de graduação em Arqueologia da Universidade Federal do Piauí como requisito obrigatório para obtenção do Título de Bacharela em Arqueologia.

Orientador: Prof. Dr. Ângelo Alves Corrêa

TERESINA – PI

2025

FICHA CATALOGRÁFICA

Universidade Federal do Piauí

Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco

Divisão de Representação da Informação

C377o

Cavalcante, Gabriela Santos.

Ocupação Pré-Colonial da região Centro-Oeste por povos Tupi : por uma história de longa duração / Gabriela Santos Cavalcante. – 2025.

77 f. : il. color.

Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências da Natureza, Bacharelado em Arqueologia, Teresina, 2025.

“Orientador: Prof. Dr. Ângelo Alves Corrêa.”

1. Sítios Arqueológicos. 2. Tupiguarani. 3. Povos Tupi.
4. Centro-Oeste do Brasil. I. Corrêa, Ângelo Alves. II. Título.
CDD 930.1

Bibliotecário: Gésio dos Santos Barros – CRB3/1469

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA
Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, Ininga
Teresina, Piauí, Brasil CEP 64049-550

OCUPAÇÃO PRÉ-COLONIAL DA REGIÃO CENTRO-OESTE
POR POVOS TUPI:
Por uma história de longa duração

Gabriela Santos Cavalcante

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Arqueologia da Universidade Federal do Piauí como requisito obrigatório para a obtenção do Título de Bacharela em Arqueologia.

Aprovado por:

Documento assinado digitalmente
 **SONIA MARIA CAMPELO MAGALHAES**
Data: 08/04/2025 17:15:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a. Dra. Sônia Maria Campelo Magalhães
Universidade Federal do Piauí
1º Titular

Documento assinado digitalmente
 **MARIA DO AMPARO ALVES DE CARVALHO**
Data: 02/04/2025 12:48:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a. Dra. Maria do Amparo Alves de Carvalho
Universidade Federal do Piauí
2º Titular

Documento assinado digitalmente
 **ANGELO ALVES CORREA**
Data: 02/04/2025 12:56:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Ângelo Alves Corrêa
Universidade Federal do Piauí
Orientador

Teresina, 29 de janeiro de 2025

*Dedico este trabalho aos meus pais,
que sempre apoiaram minhas escolhas.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, aos meus pais por todo apoio e oportunidades que me ofereceram ao longo de toda a minha graduação. Apesar de eu ser um pouco diferente e do curso de Arqueologia não ser algo tão reconhecido no nosso interior maranhense, eles nunca questionaram minhas escolhas e sempre se mostraram dispostos a me oferecer a mão. por ser o primeiro geógrafo a incentivar alguém a conquistar o mundo. Eu já quis ser jornalista e eles me incentivaram, já quis ser historiadora e me incentivaram, já quis ser geógrafa e eles também me incentivaram. No final, virei arqueóloga, e acabei sendo um pouquinho de tudo que desejei ser.

Tenho certeza da sorte que eu tenho por ter nascido nessa família e tenho certeza que sem eles eu jamais chegaria onde cheguei. Sinto orgulho em dizer que, minha mãe, Antonia Santos Cavalcante, é a primeira graduada da família e eu, graças a ela, estou sendo a segunda.

Em seguida, continuo agradecendo ao meu pai, Francisco De Assis Bezerra Cavalcante, por contar a todos com orgulho que eu passei na Federal e nunca me negar ajuda assim que sai de casa para estudar. Todas as oportunidades que ele não teve durante sua adolescência, ele me deu em dobro. Agradeço, também, as minhas amigas da rua 7 de setembro, Ana Maria Chimendes, Sarah Maria e Daniela Castro, que cresceram comigo em Zé Doca – Maranhão e cresceram comigo em Teresina – Piauí, mesmo uma estando longe. A faculdade não é fácil, mas vocês mantiveram minha mente sempre em paz.

Agradeço aos meus amigos zedoquenses, Rian Costa, Sylvanna Saraiva, Andesson Anjos, Michahely Viana por sempre me receberem e manterem minhas férias agradáveis após um período intenso na Arqueologia. Agradeço a Ana Karolina Amorim por todas as caronas até a UFPI que puderam me dar presença nas aulas. Agradeço a Naira Emanuelle por ter saído de Minas para ser minha grande amiga no Piauí, sem sua maturidade e amizade esse curso seria banal. Agradeço a Letícia Castelo Branco pelos deliciosos almoços e pelas grandes risadas vendo vídeos nos intervalos. Agradeço ao Lauro Rodrigo pela paciência em me aturar e, também, por ser muito parceiro. Agradeço a todas as amigadas, Marina Sousa, Eduarda Texeira, Gabriella Sousa, Daniel Carvalho, Ellen Freitas, Beatriz Martins, Gabriel Rodrigues e muitos outros pelos dias felizes na Universidade e pelos dias agradáveis no Rufino.

Também agradeço ao meu orientador, Ângelo Corrêa, que me ajudou ao longo da graduação, sempre prestativo e atencioso para responder meus questionamentos. E, por fim, tenho felicidade em dizer também que, em meio a um sistema difícil e tantos desencorajamentos no ensino médio, tive alguém para acreditar em mim. Obrigada, por fim, professor Raimundo Costa, por ter sido um grande professor e incentivador.

RESUMO

O trabalho aqui exposto objetiva analisar a ocupação pré-colonial da região Centro-Oeste do Brasil executada por povos do tronco linguístico Tupi. Para que essa questão fosse realizada, utilizou-se da cultura material fabricada por esses povos pretéritos citados e os seus sítios arqueológicos. Com isso, analisamos os artefatos cerâmicos, conforme a ciência arqueológica, assim como a disposição geoespacial dos assentamentos encontrados por meio de pesquisas e projetos. Os resultados obtidos puderam colaborar, ampliar e serem comparados com trabalhos executados anteriormente pela Arqueologia Tupi. Percebeu-se uma disparidade entre os estados da região Centro-Oeste do Brasil relacionados ao conhecimento de assentamentos Tupi, assim como foi visualizado uma grande quantidade de fragmentos cerâmicos nos estados mais buscados para o agronegócio. Nesse sentido, buscou-se a valorização dos grupos étnicos brasileiros que compuseram o passado do Centro-Oeste, usufruindo da materialidade e das produções bibliográficas para contribuir com o não esquecimento dessas populações.

Palavras-Chave: Tupiguarani; Centro-Oeste do Brasil; Sítios Arqueológicos; Povos Tupi

ABSTRACT

The work presented here aims to analyze the pre-colonial occupation of the Central-West region of Brazil carried out by people from the Tupi linguistic trunk. In order for this question to be carried out, the material culture manufactured by these past people mentioned and their archaeological sites was used. With this, we analyzed the ceramic artifacts, according to archaeological science, as well as the geospatial arrangement of the settlements found through research and projects. The results obtained were able to collaborate, expand and be compared with work previously carried out by Arqueologia Tupi. A disparity was noticed between the states of the Central-West region of Brazil related to the knowledge of Tupi settlements, as well as a large number of ceramic fragments were seen in the states most sought after for agribusiness. In this sense, we sought to value the Brazilian ethnic groups that made up the Midwest's past, taking advantage of materiality and bibliographical productions to contribute to the non-forgetting of these populations.

Keywords: Tupiguarani; Midwest of Brazil; Archaeological Sites; Tupi People

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Resumo proposto por Prous e Lima (2008)	27
Figura 2: Planilha das informações dos sítios	51
Figura 3: Planilha das informações das cerâmicas	51
Figura 4: Gráfico de quantidade de fontes analisadas	56
Figura 5: Quantidade de sítios Tupi.....	57
Figura 6: Quantidade de sítios Tupi no Centro-Oeste	58
Figura 7: Populações Tupi no Centro-Oeste	63
Figura 8: Fragmentos cerâmicos Tupinambá encontrados em Goiás	64
Figura 9: Fragmentos cerâmicos Tupinambá encontrados no MS	64
Figura 10: Fragmentos cerâmicos Tupinambá encontrados no MT	65
Figura 11: Classes das cerâmicas vetorizadas	66
Figura 12: Algumas das cerâmicas GUARANI classificadas e vetorizadas.....	66
Figura 13: Ilustração feita por Brochado e Monticelli (1994)	67
Figura 14: Cerâmicas Guarani classificadas e municípios onde foram encontradas	68

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização da região Centro-Oeste.....	28
Mapa 2: Localização dos sítios Tupi no Centro-Oeste a partir do banco de dados.....	59
Mapa 3: Localização dos sítios Tupi no Centro-Oeste com populações a partir do banco de dados.....	60
Mapa 4: Localização dos sítios Tupi no Centro-Oeste em proximidade com a hidrografia.....	61

LISTA DE SIGLAS

CNSA Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos
PRONAPA Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas
SICG Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão
UFG Universidade Federal de Goiás
UFPI Universidade Federal do Piauí

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 VESTÍGIOS PARA UMA ARQUEOLOGIA TUPI	22
1.1 Pesquisas arqueológicas de povos Tupi no Centro-Oeste.....	29
2 POVOS DO TRONCO TUPI NO CENTRO-OESTE	36
2.1 Goiás.....	36
2.2 Mato Grosso do Sul.....	42
2.3 Mato Grosso.....	47
3 METODOLOGIA	50
3.1 Caracterização da pesquisa	50
4 RESULTADOS OBTIDOS	54
4.1 Os sítios arqueológicos e os conjuntos artefatuais cerâmicos	54
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	75

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo organizar e complementar os dados colhidos por Corrêa (2014) a respeito dos sítios arqueológicos identificados como Tupi no Centro-Oeste, assim como sintetizar as informações sobre as cerâmicas encontradas na localidade. Através deste trabalho, será possível obter tanto os conhecimentos geoespaciais relacionados as populações do Tronco Tupi, quanto das características morfológicas das cerâmicas, modos identitários de fazer e estilos técnicos executados pelas populações locais. Dessa forma, busca-se por meio desta pesquisa contribuir com os modelos de expansão dos povos Tupi, conforme discutido por Lathrap (1970), Brochado (1980), Noelli (1996), Corrêa (2014) e outros autores.

É lúcido mencionar, a priori, que a Arqueologia é uma ciência vasta que abrange diversos aspectos da cultura humana, especialmente o estudo do desenvolvimento tecnológico de diferentes objetos produzidos ao longo do tempo. Alguns pesquisadores resumem essa área científica como a “ciência dos artefatos” (Dunnell, 2004), onde atributos específicos são considerados para extrair informações culturais e sociais de várias populações humanas do passado. Para isso, muitas áreas foram criadas dentro da Arqueologia, desde as mais sociais até as mais técnicas, tudo em busca do descobrimento de identidades. A exemplo disso têm-se a Arqueologia Tupi, uma área de interesse requisitada que tem como foco compreender os processos geográficos, políticos e sociais que grupos do Tronco Tupi passaram até os dias atuais (Moraes, 2007).

Na obra “Teoria Arqueológica”, o arqueólogo Matthew Johnsson (2000) apresenta um argumento que destaca que o passado está “morto” e, conseqüentemente, já não existe mais. Essa visão deixa claro que o que resta desse processo imutável são interpretações executadas no presente com o usufruto de evidências encontradas ao longo do tempo. Dessa maneira, os vestígios deixados por comunidades cujas histórias não foram documentadas em papiros servem como indícios de suas presenças, possibilitando a reconstrução de um passado frequentemente ocultado.

Nesse cenário, a Arqueologia se dedica à extração do conhecimento cultural, social, político e tecnológico dessas populações, permitindo que o passado “morto” não permaneça invisibilizado, sem possibilidade de interpretação ou de

reconstrução. Assim, a Arqueologia Tupi ganha destaque, pois para saber a respeito do Tronco Tupi e de suas famílias linguísticas, o estudo arqueológico desses povos se torna uma alternativa extremamente proveitosa, visto que as vasilhas cerâmicas são os vestígios mais distintivos, “aqueles que podem ser considerados como emblemáticos, que representa a maioria das populações Tupi, salvo aquelas poucas que não produziam cerâmicas” (Corrêa, 2014, p. 22).

Em um cenário mais amplo, os povos falantes da língua Tupi sempre foram alvos de pesquisas para diversos cientistas. A priori, em meados de 1500, têm-se o registro escrito de jesuítas, exploradores e colonos fazendo referências e especulações a respeito dessas populações nativas do Brasil. Mais tarde, com incentivo da Coroa, naturalistas chegam ao território para observar diretamente as práticas diferenciadas executadas pelos nativos e para criar teorias evolucionistas (Barreto, 1999-2000). Mas, com o avanço da Arqueologia em áreas variáveis, formam-se hipóteses a respeito da dispersão e migração de povos falantes do Tronco Tupi; tudo para que se entenda melhor as origens, rotas e histórias de muitos participantes desse tronco linguístico.

O primeiro a ganhar grande destaque nas hipóteses desta temática é o renomado Lathrap (1970), seguido por Brochado (1980), Noelli (1996) e Corrêa (2014), além de outros. Todos eles buscaram a colaboração da Arqueologia, Linguística, Etnografia e outras áreas científicas para executar refinamentos nos modelos de expansão, dispersão e origem dos Tupi. No trabalho mais recente dentre os citados, Corrêa (2014) remodelou muitas perspectivas discutidas após contar com informações de mais de 5 mil sítios arqueológicos, 800 datações e 3500 vasilhas inteiras e semi-inteiras, permitindo iniciar diagnósticos comparativos e avançar na coleta de novos dados. Sua pesquisa, envolvida dentro do Projeto Tupi, usufruiu de análises morfológicas, de acabamento de superfície e de estilos das cerâmicas para compreender melhor os processos por quais passaram essas populações.

Nesse trabalho, os termos Tupi, Tupi-guarani e Tupiguarani serão utilizados constantemente, sendo essencial, portanto, uma explicação elaborada sobre os tópicos. Historicamente, assim que houve o primeiro contato entre os colonizadores e nativos brasileiros, existiu a imposição de nomeclaturas por parte dos europeus para referenciar aqueles povos desconhecidos. De acordo com o resumo de Corrêa (2014), os termos utilizados eram variáveis e sofriam alterações a depender da localização,

língua, contato, literatura, arte e muitas outras questões, até mesmo pessoais, que mudavam as tantas formas de se referenciar a determinados povos indígenas. Apesar de já conter estudiosos se preocupando com a linguística e a origem do tronco Tupi, é Ayron Rodrigues em 1958, com seu modelo de árvore filogenética, que estabeleceu classificar como Tupi todas as populações que apresentam mais do que 12% de vocábulos (cognatos) conservados em comum (Rodrigues, 1964 *apud* Corrêa, 2014). Já o Tupi-guarani seria uma família linguística composta nesse tronco.

Com a disseminação deste modelo e sua aceitação temos pela primeira vez uma definição cientificamente clara e generalizada do que podemos denominar Tupi. Esta é a denominação adotada neste trabalho, onde a palavra Tupi reúne todas as populações falantes de línguas do tronco Tupi e não apenas aquelas que habitavam as áreas litorâneas do sudeste e nordeste do Brasil, como alguns empregam (Corrêa, 2014, p. 56).

O termo Tupiguarani, por sua vez, foi desenvolvido pelo Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), onde foi rotulado por Tupiguarani sem hífen uma tradição ceramista. De acordo com Prous e Lima (2008) para que pudessem rotular os registros arqueológicos dos Tupi, porém evitando qualquer relação com a etnologia e a linguística (Brochado *et al.*, 1969 *apud* Prous; Lima, 2008), o Programa criou em 1969 o conceito “tradição Tupiguarani”. Essa, por sua vez, foi dita como uma tradição arqueológica caracterizada por cerâmicas com pintura policroma (vermelho e ou preto sobre engobo branco ou vermelho) fora da bacia amazônica, e técnicas plásticas de acabamento preponderando o alisado, o corrugado, o unglado, escovado, superfícies apenas engobadas e por enterramentos secundários em urnas, machados de pedra polida, e, pelo uso de tembetás (Prous; Lima, 2008; Corrêa, 2014; Terminologia, 1969).

A tradição Tupiguarani foi definida como uma maneira de classificar certos grupos com base nas características da cerâmica que produziam. No entanto, essa classificação não significa que todos os povos que faziam cerâmicas semelhantes tinham a mesma cultura ou viviam de maneira idêntica. Ou seja, mesmo que compartilhassem a mesma forma de produzir cerâmica, suas culturas podiam ser diferentes (Prous, 2006, p. 96).

A ideia central da Tradição Tupiguarani não tenta fazer ligação direta entre o que foi encontrado nos sítios arqueológicos e os aspectos culturais das populações. Isso segue o pensamento de Meggers (1955), que propôs estudar a cultura de forma

separada das pessoas que a criaram. Por outro lado, Brochado (1984), em sua tese, argumenta que é essencial conectar os achados arqueológicos com as populações que os produziram. Para ele, se essas conexões não forem feitas, algo fundamental será perdido, ou seja, é importante ligar os artefatos às pessoas que os fabricaram. Uma vez que aceitamos a associação entre a tradição arqueológica Tupiguarani com grupos de matriz cultural Tupi, mais especificamente vinculados aos povos Tupi-Guarani, acreditamos que estamos empreendendo uma Arqueologia Tupi (Moraes, 2007).

Na década de 1980, influenciado pelas teorias elaboradas por Lathrap (1975) sobre a origem da cerâmica Tupi, Brochado desenvolveu sua tese demonstrando uma continuidade no contexto arqueológico Tupi, evidenciado pela relação entre a espacialidade da Tradição Tupiguarani e a espacialidade das populações guaranis e Tupinambás (BROCHADO, 1984). Por esse motivo, abandona a denominação pronapiana e propõe uma nova classificação para essa tradição ceramista: Tradição Policroma Amazônica e suas variantes regionais, as subtradições Guarani e Tupinambá (Mafra, 2013, p. 3).

É importante mencionar, dentre a explanação de tantos conceitos, o destaque da contribuição de Brochado (1984) em reconhecer a existência de diferenças internas no registro arqueológico da tradição Tupiguarani. Para ele, o que chamam de Tradição Tupiguarani pode ser vista como duas extensões distintas da Tradição Policroma Amazônica no leste da América do Sul. Nesse sentido, deve ser dividida em duas subtradições que representem as cerâmicas produzidas por dois grupos linguísticos Tupi distintos, os Guarani e os Tupinambá. Esses povos, conforme dito pelo pesquisador, tiveram histórias totalmente separadas durante os últimos dois mil anos (Brochado, 1984 *apud* Corrêa, 2014). Quando citarmos sítios Tupi neste trabalho, ou povos Tupi, estaremos fazendo uma substituição do termo Tupiguarani.

Antes de aprofundar nas temáticas dos capítulos deste trabalho, é importante mencionar as divergências entre alguns conjuntos artefatuais que serão mencionados ao longo da pesquisa, como os Guarani, Tupinambá e Tupi do Norte. Para iniciar, Rodrigues (1964) diz que a língua Guarani é uma derivação e formação, ocorrida por volta de dois a três mil anos atrás, do Proto-Guarani (Soares, 1997). Para ele, assim como a língua, esses povos não sofreram grandes alterações sociais ou culturais, sendo caracterizados como “um processo de longa duração” (Soares, 1997, p. 22). Os Guarani são conhecidos por diferentes nomes, como, por exemplo, Kainguá e

Chiripá, no entanto, possuem “Avá” como autodenominação. Este povo ainda vive e viveram em alguns territórios brasileiros, bolivianos, argentinos e outros, mas se diferenciam em alguns aspectos linguísticos, religiosos e tecnológicos.

Mencionando a questão dos estudos das cerâmicas arqueológicas Guaraní, os trabalhos desenvolvidos por Brochado e outros pesquisadores ao longo dos anos, auxiliados por documentos etnoarqueológicos e fontes etnohistóricas do período do contato, permitiu a interpretação funcional da variabilidade formal e decorativa dos vasilhames (Brochado, 1977 *apud* Montero, 2008; Brochado *et al.*, 1990; Brochado; Monticelli, 1994; La Salvia; Brochado, 1989; Noelli; Brochado, 1998). Os resultados destas pesquisas indicaram que a cerâmica Guaraní apresenta uma grande variabilidade de formas e padrões decorativos associados as distintas categorias funcionais de vasilhames (Montero, 2008). Tais características permitem, através da Arqueologia, compreender quais povos ocuparam os assentamentos.

Brochado e Monticelli (1994) em seu artigo sobre a reconstrução gráfica de fragmentos Guaraní, separam as cerâmicas desses povos em seis classes morfológicas diferentes, sendo elas a yapepó, ñaetá, ñamôpyu, cambuchí, ñaembé e cambuchí caquâbá. Cada uma dessas classes possui funções, morfologia e atributos que as diferenciam. As yapepó são panelas que apresentam tratamento de superfície plástico, muitas vezes corrugado, podendo também se apresentar alisado, unglado ou escovado. Suas dimensões podem atingir até 90 cm de altura e 100 cm de diâmetro de boca, com capacidade máxima de até 120 litros.

Outros tipos de vasilhas cerâmicas voltadas à preparação de alimentos que apresentam tratamento de superfície plástico são as caçarolas (ñaetá) e os tostadores de farinha de mandioca (ñamopyu). As vasilhas para conter líquidos (cambuchi) apresentam pintura externa, com padrões geométricos vermelhos e mais raramente pretos, elaborados sobre um fundo branco. Suas dimensões variam entre 10 e 100 cm de altura e 18 a 70 cm de diâmetro de boca, podendo apresentar volume de até 150 litros. Também apresentam pintura externa os cântaros para beber (cambuchi caguabá) e os pratos (ñambé ou tembiru) (Montero, 2008).

Os Tupinambá, por sua vez, fazem parte dos povos nativos brasileiros que tiveram contato com os colonizadores europeus e que obterem grande citações em documentos da época, juntos aos Guaraní. Esses indígenas compõem a família linguística Tupi-Guarani e foram conhecidos por diferentes perspectivas coloniais.

Para Brochado (1984) e Corrêa (2014), esse grupo são os responsáveis pela chamada cerâmica Tupinambá, espalhada por muitos territórios.

A cerâmica Tupinambá já foi vista pelo litoral desde São Luís do Maranhão até a Baía de Paranaguá no Paraná, mas com ampla ocorrência no interior dos estados com litoral e ainda nos estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul e provavelmente Mato Grosso (Corrêa, 2014, p. 160).

Quanto aos seus atributos, esses vasilhames apresentam diversas características. Para o acabamento de superfície plástico, há o diferente do alisamento, seja corrugado, unculado, escovado, entalhado na borda, acanalado dentre muitos outros. Além disso, há o acabamento cromático representado por pintura de linhas pretas e vermelhas e pontos pretos sobre fundo claro. As formas mais comuns são vasilhas abertas rasas de contorno simples com bases arredondadas, base plana ou aplanada, com abertura circular, oblongo ou quadrangular, ocorrendo também, na região Sudeste e no estado da Bahia, vasilhas fundas piriformes, carenadas com ombros escalonados bem marcados e duplamente cambadas (Corrêa, 2014).

Além das cerâmicas Guarani e Tupinambá, houve a análise da existência de outro conjunto de cerâmicas com características dos falantes do tronco Tupi que não poderiam ser colocadas dentro das subdivisões Tupinambá e Guarani (Brochado, 1984 *apud* Corrêa, 2014). Esses conjuntos, por sua vez, foram identificados em algumas regiões, dentre elas o Centro-Oeste, principalmente em Goiás. Para elas, Corrêa (2014) comenta:

Com as pesquisas recentes tem ficado clara uma maior semelhança destas outras cerâmicas Tupi com as cerâmicas Guarani, mas que também apresentam alguns dos elementos que estão presentes na cerâmica Tupinambá, portanto aqui defino inicialmente este conjunto como cerâmicas politéticas dos Tupi do Norte (Corrêa, 2014, p. 160).

Nesse sentido, essas cerâmicas apresentam como acabamento de superfície em destaque o alisamento, também o acabamento cromático, cujo está representado por pintura de linhas pretas e vermelhas sobre fundo claro engobado ou diretamente sobre a superfície alisada sem engobo. Além disso, há uma tendência para linhas mais grossas e preenchimento em preto de triângulos, retângulos ou faixas vermelhas na área principal da pintura. O acabamento plástico menos comum e menos

diferenciado é o corrugado, linhas incisadas geométricas, unculado e entalhado na borda. Já para as formas, existem mais as de pequenas dimensões e são vasilhas abertas rasas de contorno simples com bases arredondada, abertura circular, ocorrendo também vasilhas carenadas com linha incisa ou pintadas no ombro. A borda mais típica deste conjunto é extrovertida com ponto angular interno bem marcado (Corrêa, 2014). Sobre essa cerâmica Tupi do Norte, o arqueólogo comenta:

Ressalto que este não é um conjunto homogêneo, sendo aparentemente fruto da ação de diferentes grupos do tronco Tupi com preponderância daqueles de línguas Tupi-Guarani, provavelmente aglutinando vestígios de ocupações pré-coloniais e grupos etnohistórico (Corrêa, 2014, p. 161).

Após a explanação dos diferentes tipos de cerâmicas fabricadas por povos do tronco linguístico Tupi, percebe-se que o uso da cerâmica como ferramenta para pesquisas é bastante utilizado dentro da Arqueologia, desde a compreensão da escolha da matéria-prima do artefato até os estilos. Glosselain (1998) argumenta que uma comparação sistemática de estilos técnicos pode ajudar os arqueólogos no estudo de processos críticos como movimentos migratórios, mistura populacional ou difusão de línguas.

Nesta proposição, artefatos são compreendidos como elementos ativos que expressam mensagens de filiação social e identitária. Suas características físicas (ou atributos), expressam desde características de performance intrinsecamente relacionadas ao uso (Silva, 2000; Corrêa, 2014) a processos contínuos e complexos de ensino-aprendizagem (Wendrich, 2012). Por este motivo, na Arqueologia, a morfologia e os estilos técnicos são considerados ferramentas poderosas no alcance dessas várias camadas de informações.

No Brasil existe uma discrepância da pesquisa Tupi entre suas cinco regiões, sendo a região Sul e Sudeste as com maior acervo de referências dentro desta temática, acumulando cerca de 80,3% dos dados coletados pelo Projeto Tupi, enquanto as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste seguem com apenas 19,6% das informações. Esse fato pode decorrer de inúmeras vertentes, desde assuntos socioeconômicas envolvidos em cada região até a ausência de cientistas focados nessas áreas. De qualquer forma, o projeto descrito aqui tem como foco verificar, analisar os dados fotogramétricos de cerâmicas Tupi, classificar os vasilhames, estudar os sítios arqueológicos ocupados por populações Tupi e entender a

etnohistória das populações Tupi que viveram na região Centro-Oeste, em busca de amenizar a discrepância observada.

Para que se obtivesse um banco de dados referenciado, o projeto teve como foco implementar pesquisas bibliográficas filtradas relacionadas aos sítios Tupi e aos ceramistas que viveram em Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Foi buscado obras de autores que pesquisam no território e em trabalhos de Arqueologia de Contrato, visto que a mesma acumula informações que, muitas vezes, não são aproveitadas. Por conseguinte, se tornará prático efetuar resultados relacionados a temática e possibilitar que novos pesquisadores complementem, critiquem ou colaborem com a Arqueologia Tupi.

1 VESTÍGIOS PARA UMA ARQUEOLOGIA TUPI

Quando se fala sobre a história da Arqueologia, é difícil chegar a um consenso claro e seguro sobre quando ela realmente surgiu. Dissertar sobre seu nascimento com uma data especificamente marcada seria um tanto equivocado, uma vez que é de conhecimento geral na ciência arqueológica que qualquer artefato encontrado pode mudar completamente as afirmações feitas no mundo contemporâneo. Trigger (2004) cita que artefatos com datas longínquas, beirando os milhares de anos, foram encontrados em sítios iroqueses dos séculos XV e XVI. Além disso, comenta também que uma coleção de artefatos babilônicos antigos, inscrições inclusive, reunida por Bel-Shati-Nannar, uma das filhas do rei Nabonide, no século VI a.C., foi descrita como o primeiro museu de antiguidades conhecido (Wooley, 1950 *apud* Trigger, 2004). No Egito antigo também há registros de uma certa atenção à artefatos do passado, mostrando que algumas formas de fazeres arqueológicos possuem datas muito antigas.

Em virtude do citado, nota-se, portanto, que o interesse por objetos pretéritos fez parte de muitas sociedades e podem ser considerados vestígios de uma Arqueologia. Apesar de que o entusiasmo colocado nesses artefatos na época se diferencie dos interesses vistos na ciência arqueológica atual, eles podem ser considerados parte do nascimento da Arqueologia, dado que ela não surgiu exatamente da forma como é vista no mundo hodierno. Antes, as motivações eram diferentes, tendo a religiosidade, por exemplo, como um fator que fazia as pessoas guardarem remanescentes históricos (Trigger, 2004). Ou, como para o estudioso Bruno (1996), o surgimento estaria intrinsicamente ligado ao interesse ao colecionismo e a formação de Antiquários.

De fato, a Arqueologia possui muitas e longas raízes. Stuart Fiedel (1996) disserta em seu livro “Pré-História Americana” como a Arqueologia abandonou seu aspecto reconhecido como “hobby amador” e caminhou para se tornar uma disciplina acadêmica extremamente importante. Nele, o autor comenta que as expedições marítimas foram marcos extremamente importantes para a expansão do conhecimento humano. Apesar de trazerem consigo males sociais que desestabilizaram muitos bandos primitivos, foi através dessas viagens que os Vikings se estabeleceram na América do Norte, se tornando os primeiros europeus a

escavarem um sítio arqueológico e a propor as primeiras descrições sobre os nativos da região (Fiedel, 1996). Esses documentos citados mostravam a civilização norte-americana e foram passos extremos para o desenvolvimento da Arqueologia.

A Arqueologia, junto com a atenção aos objetos, busca compreender a gênese de populações. Sabe-se que, de modo homogêneo, a origem do ser humano sempre foi razão para especulações, teorias e formulações de ritos sagrados. Assim, com questionamentos ainda abertos a respeito dos nativos, em 1590, Frei José de Acosta, um padre espanhol, sugeriu que os índios eram descendentes de caçadores que haviam passado para a América do Norte da Ásia (Fiedel, 1996). No entanto, para a época, era difícil absorver os fatos dentro de um cenário “caótico”, principalmente pela desconsideração a ciência. Apesar disso, foi em meio as guerras, confrontos e divergências étnicas na América do Norte que Thomas Jefferson encontrou túmulos juntos no leste de uma montanha e quis entender quem os fez, o por que e como.

Os norte-americanos desejavam com ardor que seu continente tivesse sua própria história para rivalizar com a dos europeus e, assim, esses achados os excitaram, tal como, na década de 1840, havia de excitá-los a descoberta de John L. Stephen de cidades maias perdidas nas selvas da América Central. (Trigger, 2004, p. 131-132).

As suas técnicas e interpretações expressas para desvendar o mistério exposto o fizeram obter o título de primeiro projeto de pesquisa científica arqueológica na América, tornando os Estados Unidos “o único país fora da Europa a desenvolver uma tradição de pesquisa arqueológica indígena antes do século XIX” (Trigger, 2004, p.130). Seus documentos dividiram opiniões na época, fazendo com que seu projeto corresse por anos, sendo financiado e estudado por diversos influentes do século. Diante de tantas opiniões, um dos argumentos que surgiram foi o de que os “índios” não seriam capazes de construir os túmulos, e sim que foram os responsáveis por dizimar um antigo bando civilizado branco que formulou os artefatos daquela região. Eles constituíam os índios como “destruidores, monstros sanguinários que mereciam erradicação das terras” (Trigger, 2004, p. 133).

Com o passar dos anos, novas evidências mostravam que os seres humanos estavam na terra há mais tempo do que se pensava, ocasionando em uma quebra parcial com o pensamento religioso ainda bastante presente no tempo. Essa caça por objetos que mostravam tais informações chegou a América rapidamente e proporcionou grandes descobertas que ajudaram na compreensão da Arqueologia até

os dias de hoje (Barretto, 1999/2000). Todavia, o elitismo, racismo e a xenofobia ainda mantinham raízes na ciência, distorcendo evidências para que se encaixassem em um contexto evolucionista que crescia constantemente dentre os estudiosos. Esse movimento ressaltava a inferioridade e selvageria dos nativos americanos, caracterizando-os como uma espécie de “museu vivo”, onde teriam que passar por etapas culturais até que alcançassem os padrões europeus (Fiedel, 1996). Correntes de pensamentos como essas criaram grandes debates na academia, mudando a perspectiva geral da sociedade e a história do homem.

De fato, as viagens e descobertas consequentes do imperialismo e colonialismo incentivaram, ainda mais, o surgimento, o foco e a intensificação dos estudos arqueológicos. Isso porque, com as viagens e invasões em territórios desconhecidos, desabrochou-se a curiosidade de entender quem eram aquelas pessoas e de onde surgiram. Esse acontecimento não limitou apenas à América do Norte, mais tarde os viajantes acabaram dando de cara com o Brasil e não custou muito para que ele fosse visitado por naturalistas na segunda metade do século XVIII e início do século XIX, antes mesmo da instalação da Coroa Portuguesa (Barretto, 1999/2000).

O interesse desses viajantes eram projetos já marcados pelo crescente interesse europeu pela etnologia, e pelo reconhecimento do potencial informativo da cultura material. Além disso, as teorias formuladas sobre origem e antiguidade dessas populações se baseavam cada vez mais em evidências arqueológicas. (Barretto, 1999/2000, p. 35).

A Amazônia tornou-se um grande atrativo para os pesquisadores, pois sob suas óticas ela representava o lugar onde a natureza e o homem podiam ser observados em sua forma mais pura (Barretto, 1999/2000). Assim, logo com a instalação da Corte Portuguesa, o fluxo de naturalistas, antropólogos, arqueólogos e etnólogos apenas se intensificou. A partir disso, o estudo sobre grupos indígenas se tornou frequente na academia, tendo Von Martius como destaque nas pesquisas sobre a origem daqueles povos.

Da mesma forma como ocorrido na América do Norte, os indígenas no Brasil também eram vistos como um museu vivo ou vítimas de uma involução cultural. Von Martius foi um dos que sustentou a teoria de raça única de Humboldt, desenvolvendo-a como uma teoria de involução cultural indígena, voltada para localizar a civilização de origem (Pinto, 1927 *apud* Barretto, 1999/2000). As pesquisas sobre essas populações foram muitas, mas os resultados, pelos padrões, mostraram um passado

brasileiro pobre, sem muito destaque de grandes monumentos, como os Incas e Maias. Essa ótica teve muito peso dentro da Arqueologia brasileira.

Tais especulações eram sobretudo populares entre os intelectuais brasileiros que, formados sob a ótica colonial européia, estavam ainda inconformados com um passado indígena “pobre”, ao contrário de seus vizinhos que, em seus movimentos nativistas e anticoloniais, podiam evocar a tradição de altos impérios e civilizações, como as dos astecas e incas (Barretto, 1999/2000, p. 36).

É válido mencionar, ainda, que ocorreu um distanciamento entre Arqueologia e a história no século XIX em outros continentes, fato que foi evidenciado no Brasil pelo uso apenas da etnografia no estudo da trajetória dos grupos indígenas (Corrêa, 2013). Para muitos, aqueles nativos estavam estagnados no tempo e não mereciam o estudo da história, já que não experimentaram mudanças históricas significativas, estando condenados a uma “eterna infância” (Carneiro, 1992). Por conta da disseminação desse pensamento, os grupos indígenas foram excluídos como protagonistas da história nacional, “sendo considerados grupos extintos e idílicos que não estavam sequer associados ao registro arqueológico” (Corrêa, 2013, p. 26).

A visão mencionada acabou gerando ausência de interesse por parte dos intelectuais para compreender melhor os povos nativos do Brasil, influenciando até hoje no conhecimento identitário do país. Entretanto, em contrapartida a essa onda, surge na década de 1820, com a independência, uma fase cercada pela visão de um nacionalismo intenso (Corrêa, 2014). Unido as ideias iluministas vislumbradas na época, cujas almejavam a valorização de características nacionais, os povos indígenas brasileiros se tornaram alvo de uma simbologia nacionalista (Corrêa, 2014).

Porém, é importante mencionar que esse orgulho ligado ao passado nativo brasileiro se limitou aos povos Tupi, colocando-os como:

O único indicativo de uma civilização preexistente em território nacional. Ou seja, seriam algo de orgulho e apoio as pesquisas que visassem à construção de um passado heroico e “quase clássico”. Nas décadas que se seguem dá-se início a uma série de estudos sobre a língua Tupi (movimento que se espalha por todo o país, mantendo-se forte até meados do século XX), originando vários dicionários, vocabulários, gramáticas e artes da língua (Corrêa, 2014, p. 33).

Essa mudança na forma como os nativos eram vistos foi influenciada por diversos fatores, incluindo o romantismo literário brasileiro. A relevância dada a esses

povos pode ser justificada, em parte, pelo fato de que as populações de língua "Tupi" e "Guarani" foram as primeiras a ter contato e relações com os colonizadores europeus, uma vez que ocupavam praticamente toda a costa durante o período da colonização (Corrêa, 2014). Como resultado, esses povos nativos ganharam grande destaque nos relatos dos escritores da época e foram utilizados como forma de justificar a existência de um passado brasileiro rico e civilizatório, sendo eles a indicação de uma outra sociedade que antes por ali vivia.

Toda essa onda de interesse voltada aos indígenas nativos influenciou nas pesquisas por parte da Linguística, Antropologia, Arqueologia e Etnografia desses grupos indígenas pré-coloniais. É a partir daí, portanto, que surge grandes debates sobre a origem, cultura, língua, dispersão e migração desses grupos ao longo do passado do Brasil. O termo pré-história começa a ser substituído por pré-colonial, inserindo as populações indígenas em pesquisas históricas e possibilitando o protagonismo de cada grupo no passado nativo (Barreto, 2000). O conceito de "longa duração", desenvolvido por Braudel (1958) e aplicado na Arqueologia por Lamberg-Karlovsky (1985) e Hodder (1987), possui um papel importante dentro da Arqueologia enquanto história nativa, pois possibilitou que, no Brasil, houvesse maior rigor teórico às pesquisas que buscavam entender o registro arqueológico como vestígios das populações indígenas atuais (Corrêa, 2013).

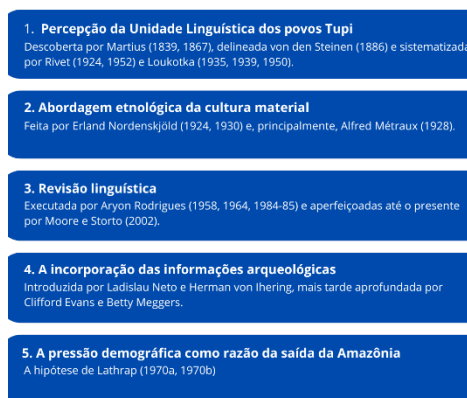
A linguística norte-americana, inclusive, estranhava o fato de a língua Tupi ter sido tão estudada no Brasil. Isso porque na América Setentrional, nenhum idioma indígena exerceu papel semelhante ao do Tupi, dado que era falado na maior parte do litoral brasileiro e serviu de instrumento para a colonização (Tuffani, 1994). Sendo assim, o olhar sobre esses indígenas gerou grandes trabalhos que são estudados até hoje.

Antes de iniciar a discussão a respeito dos modelos e cronologias sobre as populações Tupi, é importante mencionar, mais uma vez, que o termo utilizado nesse trabalho segue os trabalhos de Brochado (1984), Corrêa (2014) e Noelli (1996), onde por Tupi designa-se um tronco linguístico que engloba aproximadamente 43 línguas que se expandiram, há vários milênios, pelo leste da América do Sul. De acordo com Corrêa (2014), essas informações são importantes devido a utilização do conhecimento linguístico para propor uma visão sobre o processo histórico relativo ao tronco Tupi, como já feito por Lathrap (1970) e Brochado (1984).

Historicamente, de acordo com Noelli (1996), o interesse em explicar cientificamente a enorme dispersão territorial dos Tupi surgiu pela primeira vez em 1838, com a publicação de Von Martius “O passado e futuro da humanidade americana”. Essa abordagem atraiu sucessivas gerações de estudiosos, que não apenas expandiram, mas também revisaram essa temática ao longo do tempo. Destacam-se entre esses pesquisadores nomes como Karl von den Steinen, Ladislau Neto, Hermann von Ihering, Erland Nordenskjöld, Alfred Métraux, Aryon Rodrigues, Clifford Evans, Betty Meggers e Donald Lathrap. Cada um com seus métodos científicos diferenciados, uns com a linguística, outros com uma visão etnológica e outros com o usufruto da Arqueologia. No fim, é Brochado quem encerra essa lista, emergindo como um divisor de águas crucial para a compreensão da expansão Tupi, procurando estabelecer a continuidade entre o contexto arqueológico e cultural (Noelli, 2008 *apud* Pontim, 2011).

Prous e Lima (2008) separam a história sobre a pesquisa da origem Tupi em cinco partes, onde organizam as abordagens utilizadas por cada cientista, os autores e o ano dedicado aos trabalhos. No entanto, deixam Brochado fora do quadro.

Figura 1: Resumo proposto por Prous e Lima (2008)



Fonte: Prous e Lima (2008)

Ainda de acordo com Prous e Lima (2008), os estudiosos que tiveram a percepção da unidade linguística desses povos viram que haviam semelhanças nas línguas o que, muito provavelmente, significava que havia uma origem comum entre elas. Já na segunda etapa, tendo a cultura material como objeto analítico, Erland Nordenskjöld (1924, 1930) e Alfred Métraux (1928) seguiram a percepção da unidade

linguística, admitindo uma conexão entre aqueles povos, e introduziram a teoria do difusionismo e do históricoculturalismo para explicar as semelhanças entre os povos Tupi. Já o Aryon Rodrigues (1958, 1964, 1984-85), na terceira etapa, visualizou as relações genéticas entre as línguas da família Tupi-guarani e das demais famílias Tupi. A quarta é marcada pelo uso de informações arqueológicas por Ladislau Neto e Herman von Ihering para entender a migração dessas populações nativas.

Prous e Lima (2008) citam que Evans e Meggers introduziram, ainda na quarta etapa, uma abordagem, difusionista, cujo procurava marcar e datar os pontos geográficos das “rotas de migração”, estabelecer conjuntos regionais e horizontes arqueológicos sob a perspectiva dos vestígios Tupi. Já na última e quinta parte, Lathrap (1970a, 1970b) desenvolve uma hipótese sobre a pressão demográfica como razão da saída da Amazônia, uma ideia central na tese de doutorado de Brochado (1984).

A tese de doutorado de Brochado é marcada por uma preocupação distinta daquela que moveu Meggers, Evans e seus discípulos brasileiros, sendo o trabalho em que reuniu/repensou/recolocou as explicações das cinco partes enumeradas acima, e criou uma proposição e uma abordagem distinta do modelo da Tradição Tupiguarani. Explicar esta distinção é fundamental neste livro, aproveitando a oportunidade para demarcar claramente as diferenças científicas (Prous e Lima, 2008, p. 15).

De acordo com Moraes (2007), os estudos relacionados aos povos Tupi e todas as pesquisas efetuadas em busca de respostas para a questão do centro de origem e rotas de dispersão desses povos, se impulsionou na Arqueologia com a implantação do Pronapa, uma vez que o mesmo tinha como objetivo elaborar sequências culturais e reconhecer direções de migração e difusão. Esse Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas foi realizado entre 1965 e 1970 buscou conhecer, analisar e estudar grande parte do território nacional, apresentando os resultados de suas pesquisas na forma de classificações sistematizadas através dos conceitos de fases e tradições (Barretto, 1999/2000 *apud* Corrêa, 2014).

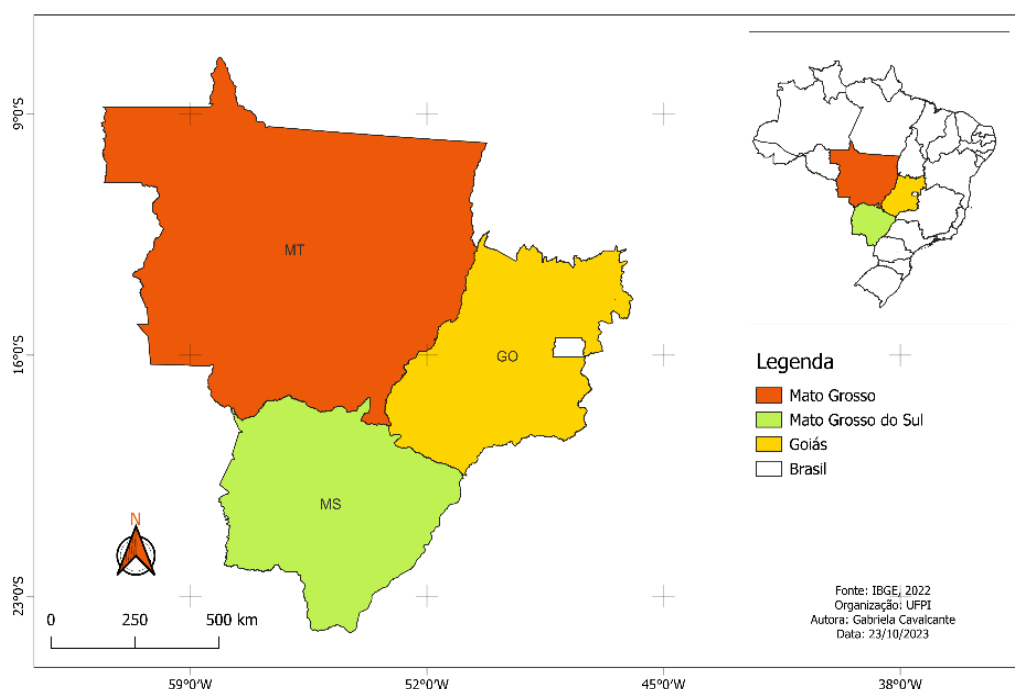
Essa sucessiva onda de pesquisadores fizeram parte da Arqueologia Tupi. Essa Arqueologia citada, pode ser caracterizada, como mencionado por Moraes (2007), uma forma de estabelecer diálogo com informações históricas, etnográficas e linguísticas dos grupos do Tronco Tupi. Assim, dentre as diversas áreas vislumbradas dentro da ciência arqueológica, esse trabalho se permeia pela bibliografia de

estudiosos que trabalharam nessa perspectiva supracitada.

1.1 Pesquisas arqueológicas de povos Tupi no Centro-Oeste

A região Centro-Oeste é uma das cinco regiões que compõem o Brasil, sendo formada por três estados: Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do sul. Cada um deles possui grande importância cultural para o país, tendo pesquisas arqueológicas desenvolvidas ao longo dos anos.

Mapa 1: Localização da região Centro-Oeste



Fonte: Autoria própria

De acordo com Oliveira e Viana (2000), na região Centro-Oeste do Brasil, as pesquisas com métodos e técnicas envolvendo a ciência arqueológica se iniciaram no estado de Goiás. Esse desenvolvimento foi obtido através da execução de projetos de pesquisa junto à Universidade Católica de Goiás (UCG) e à Universidade Federal de Goiás (UFG), respectivamente em 1971 e 1974. Já no estado do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, essa prática aconteceu a partir da década de 80. Embora Oliveira

e Viana (2000) citem que outros trabalhos com a temática foram efetuados, é mostrado que eles tiveram outros propósitos científicos.

Em termos arqueológicos, o conhecimento acerca de populações pré-coloniais na região do Centro-Oeste era escasso, entretanto, alguns projetos contribuíram para a amplificação das informações relacionadas a essa temática. Em Goiás, entre as décadas de 70 e 80, surgem projetos que visavam preencher essa lacuna explicitada na história do estado. No Mato Grosso do Sul esse fato também acontece, mas com uma iniciativa mais tardia, onde o estudo das ocupações humanas pré-coloniais começa na década de 80 (Oliveira; Viana, 2000). No entanto, apesar dos projetos executados terem sido pretensiosos e não terem fornecido informações básicas da cultura material, tiveram um marco importante para o Centro-Oeste brasileiro.

Devido aos avanços científicos e a valorização dos estudos arqueológicos no território, ao que tudo indica, as primeiras ocupações humanas do Centro-Oeste estão conectadas à presença de grupos caçadores-coletores que se estabeleceram na região entre o final do Pleistoceno e o início do Holoceno, entre 12.000 e 10.000 AP (Oliveira; Viana, 2000). Mais tarde, alguns caçadores-coletores mais recentes, de acordo com Wust (1990), teriam participado de um processo de transição. Nesse sentido, o processo mencionado teria feito com que eles aderissem à prática do cultivo e, depois, a produção de cerâmica, a da Tradição Una.

Brochado (1984), em seus estudos sobre populações Tupi na América do Sul, já citava a dificuldade e a complexidade na classificação de tradições cerâmicas no Centro-Oeste brasileiro. Esse fato pode decorrer em vista da discrepância entre as pesquisas Tupi nas regiões do Brasil. Em 2014, Corrêa publicou sua tese em conjunto com um banco de dados que demonstrava a diferença entre a quantidade de sítios Tupi em cada região do território. Foi visualizado o Sul e Sudeste com um acervo de cerca de 80% dos sítios catalogados como do tronco linguístico citado, enquanto as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste seguiram com apenas 19% das informações, mostrando a escassez e, conseqüentemente, liderando a complexidade para efetuar estudos mais delicados.

Apesar disso, muitas pesquisas já foram efetuadas na localidade, mesmo que em uma escala menor. Robrahn-González (1996) publicou uma pesquisa onde discutia o Centro-Oeste como ponto de encontro para deslocamento de vários grupos ceramistas. Em seu projeto, criado desde 1990 e chamado de “Projeto Arqueológico

Brasil Centro-Oeste”, ela teve como objetivo discutir a dinâmica dos processos de formação e desenvolvimento dos grupos ceramistas dessa região (Robrahn-González, 1996, p. 83). A cientista constata que as cerâmicas estudadas mostraram uma complexidade, coisa visualizada por Brochado (1984) para os Tupi, e supõe, ainda, que aqueles grupos sofreram influências internas e externas, envolvendo outros lugares do Brasil (Robrahn-González, 1996, p. 84).

As características de distribuição da primeira ocupação ceramista no Centro-Oeste, bem como as variações que apresenta em termos cronológicos e materiais, parecem indicar uma forte individualidade de suas manifestações, remetendo a insumos independentes, embora talvez com uma origem cultural comum. Não seria possível, portanto, definir uma única rota de penetração para estes grupos, mas sim diferentes rotas que teriam convergido ao Centro-Oeste, bem como se movimentado em seu interior (Robrahn-González, 1996, p. 101).

Em seu artigo de 1996 é mencionada uma análise de sete conjuntos cerâmicos de diferentes sítios arqueológicos localizados no Centro-Oeste. Robrahn-González (1996) destaca em seu texto que todos os sítios mostram algo em comum: as cerâmicas.

Dentro deste contexto, o estudo tomou como unidade básica o vasilhame cerâmico enquanto artefato, vetor de informação que conduz principalmente às atividades quotidianas, mas cujo conteúdo sociológico permite discutir sobre esferas não materiais da cultura (Robrahn-González, 1996, p. 85).

Sua pesquisa contou com a sistematização das informações e buscou as diferenças tecnológicas, morfológicas e estilísticas de cada fragmento encontrado. O passo executado foi muito importante para entender a diversidade e a variação de atributos nos conjuntos, dado que, de acordo com a mesma autora, os diferentes trabalhos desenvolvidos no Centro-Oeste indicam que as cerâmicas da região apresentam muitas variações. Dentre os sete conjuntos ditos no texto, foram identificados muitos registros ceramistas, tais como a Tupi, Uru, Aratu, Una e outras.

Para Robrahn-González (1996), assim como Wust (1990), os primeiros grupos a desenvolverem cerâmicas no Centro-Oeste estavam intrinsicamente ligadas as pessoas que viviam como caçadores-coletores na região. A tradição Una, em sua perspectiva a partir da análise dos conjuntos, mostra que foi pioneira na região, enquanto os vestígios Tupi obtiveram uma proporção inferior se comparada as demais.

Além disso, os assentamentos ligados aos Tupi obtiveram características heterogêneas, “tendo sido inclusive por vezes classificados como sítios intra-componenciais (Tupi/ Aratu, Tupi/Uru, Tupi/Bororo)” (Robrahn-González, 1996, p. 109). Oliveira e Viana (2000) mencionam algo parecido no texto “O Centro-Oeste antes de Cabral”, concluindo que “No Centro-Oeste apesar da condição minoritária, grupos Tupi ocuparam parte da região formando sítios exclusivos ou sítios multicomponenciais” (Oliveira, Viana, 2000 p. 165).

Alguns autores, como Robrahn-González (1996) e Brochado (1984), consideram a região Centro-Oeste como uma área de encontro para onde grupos ceramistas de regiões distintas teriam se deslocado. No meio desses diversos grupos, incluíam-se também os registros Tupi, povos originários da Amazônia. Esses nativos, ao alcançarem o Centro-Oeste, contribuíram para criar um cenário de pressão com outros grupos já estabelecidos na região. Essa passagem discutida por Oliveira e Viana (2000) vai ao encontro com Robrahn-González (2001).

[...] desta maneira, muitas vezes os grupos Tupi penetraram territórios alheios, provocando diferentes formas de contatos culturais, de natureza pacífica ou belicosa. Alguns grupos teriam sido incorporados, passando a fazer parte de suas comunidades; outros grupos, ao contrário, teriam sofrido um processo de “Tupinização”, conservando parte de seus padrões culturais de origem (Robrahn-González, 2001, p.28)

Pontim (2006) comenta que os grupos agricultores-ceramistas que usavam a cerâmica Tupi não ocuparam o Brasil Central intensivamente, mas fizeram contatos com outros grupos da região, como mencionado por outros pesquisadores. A cientista traz algumas informações interessante sobre essa tradição ao avaliar os sítios arqueológicos lito-cerâmicos resgatados no âmbito do Projeto de Salvamento Arqueológico Pré-Histórico da UHE Serra da Mesa. Nessa pesquisa, os dados arqueológicos indicaram a presença de vestígios Tupi na porção Norte do estado de Goiás, mas destaca, também, que já havia sido localizado alguns grupos em Goiás na Bacia do Paranaíba e no Planalto do Alto Tocantins, filiados às fases Iporá e São Domingos (Pontim, 2007, p. 7). Apesar da existência dessa tradição por grande parte dos sítios estudados, a autora frisa que as coleções são reduzidas quando comparadas às provenientes de sítios ligados às tradições Aratu e Uru na região, algo também já observado pelos outros cientistas citados.

No Centro-Oeste, a presença de características relacionadas a essas

populações, como visto, já apareceu no estudo de diversos sítios, seja envolvida com outras trocas culturais ou única. Oliveira e Viana (2011, p. 35) revelam que diferentes dados coletados, incluindo datações radiocarbônicas, mostraram que as várias sociedades ceramistas pré-coloniais, portadoras de distintas tradições tecnológicas estiveram presentes em grande parte do Centro-Oeste até tempos coloniais. No artigo publicado por Robrahn-González (1996), onde a cientista avalia a composição da cultura material de diversos sítios arqueológicos, ela mostra a troca cultural vista nos assentamentos ao classificá-los dentro de duas ou mais tradições.

Algo interessante de ser destacado de seu trabalho é que, de acordo com a doutora em Arqueologia, os sítios enquadrados como de povos Tupi se localizam no baixo Parnaíba, Alto Araguaia, vale do São Lourenço (onde é predominante), médio Paraná e alto Paraguai (Robrahn-González, 1996). Ela ainda conclui que existem assentamentos no estado de Goiás e Mato Grosso que contém vasilhames com decoração policrômica, sujas poderiam ser enquadrados na Tradição Policrômica Amazônica, na subtradição pintada (Fensterseifer, Schmitz 1975 *apud* Robrahn-González, 1996). No Mato Grosso estariam relacionadas à sub-tradição “Pintada inicial”. E no Mato Grosso do Sul teria a presença da decoração predominantemente plástica e presença de urnas funerárias, relacionados à sub-tradição Corrugada (Oliveira, 1995, Rogge; Schmitz 1994 *apud* Robrahn-González, 1996).

Como em outros estados, sob a perspectiva de Kashimoto e Martins (2009), o povoamento humano no Mato Grosso do Sul teve sua origem antes da invasão dos europeus no território. Mais tarde, em influência das mudanças ambientais que proporcionaram o desenvolvimento da floresta aluvial, houve chegada de indígenas agricultores e produtores de cerâmica na região (Kashimoto; Martins, 2009, p. 126). Os Guarani foram povos do tronco linguístico Tupi que se estabeleceram no estado, construindo aldeias nos terraços estruturais característicos da margem esquerda e direita do Alto Paraná (Kashimoto; Martins, 2009, p. 127). Mato Grosso do Sul é o Estado brasileiro que sedia o maior contingente populacional de indígenas falantes de dialetos integrantes da língua Guarani no passado (Kashimoto; Martins, 2008).

Informações fornecidas pela Etno-história permitem estimar que, no século XVI, os índios falantes do Guarani, em Mato Grosso do Sul, eram algumas centenas de milhares. Esses indígenas estavam agrupados em pelo menos dois grandes guarás: o do Guairá, no sudeste do Estado, sobretudo nas margens do alto curso do rio Paraná

e em suas sub-bacias, destacando-se a do rio Ivinhema; e o guará dos Itatim, compreendido na mesopotâmia entre os rios Miranda e Aquidauana, nas áreas não-inundáveis do Pantanal (Kashimoto; Martins, 2008, p. 152).

Interpretações sobre os deslocamentos dos Tupi, de caráter difusionista, consideram que o planalto central estaria cercado por rotas de grupos Guaraní e Tupinambá (Brochado 1984, 1989). Esses grupos se teriam deslocado, respectivamente, em direção norte-sul e nordeste, descendo pela faixa litorânea até o atual Estado de São Paulo. Há ainda a possibilidade de um outro deslocamento a partir do noroeste da Amazônia, dirigindo-se no sentido centro-sul e sudeste (Susnik, 1975). Finalmente, a região do vale do São Lourenço representaria uma outra área de pressão dos Tupi no Centro-Oeste.

Oliveira e Viana (2000) destacam um tópico relevante para essa pesquisa quando destacam essa tradição, algo parecido com o mostrado por Robrahn-González (1996). É mencionado que no estado de Goiás e Mato Grosso há maior predomínio da decoração pintada sobre a plástica (*apud* Fensterseifer; Schmitz, 1975; Schmitz; Barbosa, 1985; Wüst, 1990; D. Martins, 1996). Além disso, Schmitz e Barbosa (1985) falam que em Goiás, os vestígios de cerâmica Tupi subsistiam da agricultura, com destaque para a mandioca. Eles desenvolveram um sistema tecnológico que claramente os distingue dos demais grupos.

Sua cerâmica caracteriza-se pelo emprego do antiplástico de cacos moídos, decoração pintada, com destaque para a policromia, além de uma decoração plástica mais caracterizada pela ocorrência de corrugado e inciso. Os recipientes característicos são vasos rasos e com ombros, bases convexas ou planas e bordas com reforço. Instrumentos líticos lascados também são frequentes nos sítios; apresentam marcas de técnicas de polimento, além do lascamento uni e bipolar (Schmitz *et al.*, 1989). Já no Mato Grosso do Sul, sobretudo na região da bacia do Paraná, predominam sítios com cerâmica de decoração plástica (Kashimoto 1997; Martins; Kashimoto 1998, 1999a; Veroneze 1993).

Corrêa (2014) menciona que atualmente podemos verificar que no norte de Goiás e Mato Grosso os conjuntos cerâmicos apresentam características típicas do Tupi norte-oriental. Enquanto no sul de Goiás e norte do Mato Grosso do Sul temos ocorrências de cerâmicas típicas de povos falantes de Tupinambá. Ficando os conjuntos cerâmicos Guaraní reservados às demais porções do estado do Mato

Grosso do Sul. Desse modo, esperamos contribuir para um melhor entendimento sobre a história de longa duração dos povos Tupi no Centro-Oeste brasileiro. Isso porque a partir de um banco de dados preenchido com informações coletadas na bibliografia e em relatórios de empresas, está sendo possível revisões nos modelos e novas proposições.

2 POVOS DO TRONCO TUPI NO CENTRO-OESTE

O Centro-Oeste brasileiro, assim como as outras regiões do Brasil, também foi marcado pela presença de indígenas nativos produtores de cerâmica e falantes do tronco linguístico Tupi. Na localidade supracitada, a presença de grupos agricultores e ceramistas está caracterizada, até onde sabemos, por seis tradições: Una, Aratu, Uru, Tupiguarani (vestígios associados à povos Tupi), Bororo e Inciso Ponteadada (Oliveira; Viana, 2000). Quanto a ocorrência de elementos Tupi, eles aparecem misturados a outros, deixando a entender que houve contato entre diferentes povos e formando, assim, muitos sítios multicomponenciais. No entanto, também há a presença de sítios unicomponenciais.

No entanto, é importante lembrar que Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul possuíram uma história pré-colonial e colonial distinta, tendo acontecimentos marcantes e impactos diferentes um do outro ao longo do tempo. Para entender melhor as populações Tupi que viveram e fizeram parte da construção dessas localidades, a Arqueologia se torna uma ferramenta de extração de conhecimento, visto que consegue informações de um passado longínquo.

2.1 Goiás

Goiás é uma das 27 unidades federativas do Brasil e faz parte dos estados que compõem a região Centro-Oeste do país, no Planalto Central. Para muitos pesquisadores, a história da localidade se destaca pela ocupação marcante feita pelos portugueses em 1725, em busca de minas de ouro (Palacin; Moraes, 1989). Essa valorização exacerbada por parte da bibliografia pelo passado colonizador, contribui para a passagem de Cavalcante (2011, p. 363), onde o autor destaca que “os indígenas no Brasil, para além da eliminação física, sofreram também com a eliminação enquanto sujeitos históricos”.

Sabe-se que o entendimento da história colonial se faz extremamente importante e completa questões pré-coloniais, porém, muitas vezes a comunidade científica dá mais valor para os registros documentados do que para aqueles que não puderam escrever. Em Goiás, apesar do fluxo de ocupação ter se intensificado em

meados do século XVIII, devido aos europeus, esse território já era, há muito tempo, amplamente habitado por diferentes etnias indígenas.

Goiás possui um protagonismo no Centro-Oeste quando se fala de Arqueologia, visto que foi o primeiro estado a ter o desenvolvimento de pesquisas contínuas. Tanto a Universidade Católica de Goiás quanto a Universidade Federal de Goiás contiveram relevância nesse tópico, pois foram propulsores dos estudos realizados. Perto do fim da década de 70 e início dos 80, surge em Goiás um aumento no número de projetos, todos objetivando a formação de um quadro geral sobre a ocupação humana pré-colonial daquele Estado (Oliveiro; Vianna, 2000). Assim, a academia arqueológica ganha destaque, possibilitando a aquisição de novos dados.

O Programa Arqueológico de Goiás, executado por volta de 1973, procurou amostras que indicassem as variações culturais existentes na área, a fim de conhecer mais sobre o passado nativo da região e a materialidade dos povos que passaram por lá.

Como resultado, o programa permitiu conceber o centro-sul de Goiás como uma área limite entre diversos grupos indígenas horticultores, principalmente os portadores de indústria cerâmica relacionada às tradições Aratu e Uru. Ainda mais, buscaram formular a hipótese que a bacia do rio Tocantins teria servido como área de passagem, um "corredor de deslocamento" (Schimtz, 1976 *apud* Morales, 2008, p. 26)

Em 1996, Robrahn-Gonzalez propôs uma alternativa à visão da Bacia do Tocantins como apenas um corredor de circulação de grupos indígenas, se opondo a citação anterior. Em vez de considerar esta região como uma mera passagem, ele observou que era mais uma zona de confluência por meio da qual grupos cerâmicos de diferentes regiões poderiam convergir. Essa interação implica que a dinâmica não era apenas sobre movimento, mas também sobre assentamento, interação e possivelmente desenvolvimento de práticas culturais que eram específicas ao ambiente da Bacia do Tocantins.

Essa noção de uma área de confluência realmente coloca em questão a trajetória linear e única do movimento e abre a possibilidade de que a Bacia do Tocantins fosse de fato um espaço de encontro e interação. A presença de diferentes estilos e técnicas de cerâmica na região pode ser tomada como evidência disso mesmo, de interação, uma rede complexa de relacionamentos por meio da qual elementos culturais se moviam e eram adaptados ao ambiente local, onde a

diversidade cerâmica seria o resultado do contato e desenvolvimento conjunto entre grupos de origens distintas (Morales, 2008).

Na década de 80, surge o Projeto Serra Geral, focado no sudoeste da Bahia e no leste de Goiás. A partir disso, diversas pesquisas relacionadas ao tópico se desenvolvem nos estados, oferecendo novos dados arqueológicos das populações indígenas que viveram no território brasileiro (Morales, 2008). De acordo com Ortega e Lemes (2014) os sítios arqueológicos de Serranópolis trazem consigo informações das primeiras ocupações humanas da região, tendo uma datação de 11000 anos AP por grupos caçadores/coletores. No trabalho de Wust (2019), onde foca nos aspectos da ocupação pré-colonial em uma área do Mato Grosso de Goiás, a autora traz um retrospecto da ocupação humana no centro-sul e sudoeste desse mesmo estado, sendo destacado na Arqueologia Brasileira.

Os sítios mais antigos citados na pesquisa fazem menção aos povos caçadores/coletores fabricantes de líticos e moradores de abrigo sob rocha, localizados no vale do rio Verdinho, afluente do Paranaíba, no vale do rio das Almas, cabeceira do rio Tocantins e no vale do rio Caiapó, afluente do Araguaia (Wust, 2019). Esses abrigos, eventualmente, foram reocupados por volta de 925 AP por ceramistas. Esse dado torna-se importante porque é possível identificar que esses grupos estão vinculados a fase lito-cerâmica Jataí, pertencentes a tradição Una (Schmitz, 1975 *apud* Wust, 2019). Por fim, os pesquisadores citam que a última ocupação pré-colonial desses abrigos é representada pela cerâmica da fase Iporá, vinculada a cerâmicas Tupi.

Os sítios da fase Iporá localizam-se entre o rio Claro e o Verdinho, afluentes do rio Parnaíba (Wust, 2019). Observou-se, portanto, a ocorrência da cerâmica dessa fase, em sítios relativamente antigos da fase Mossâmedes. Essa característica sugere que grupos portadores da cerâmica Tupi penetraram essa área já a partir do século IX (Schmitz *et al.*, 1982 *apud* Wust, 2019). No sul de Goiás, onde as nascentes do alto Paraná encontram as do Araguaia nas terras altas do Brasil Central, apenas poucos sítios Tupinambá foram registrados (Brochado, 1984).

Para o Norte Goiano, porção do Planalto Central Brasileiro, Pontim (2011) explana que a localidade se caracteriza por ser uma região com assentamentos de populações indígenas pré-coloniais. Além disso, menciona que nessa localidade esses povos desenvolveram atividades para a manutenção e sobrevivência dos

grupos, em constante interação com o meio ambiente na busca de recursos. O Planalto Central Brasileiro, em virtude de suas características geográficas, se tornou um importante centro de passagem e de dispersão humana pré-colombiana (Morais, 1998 *apud* Pontim, 2011).

Para o trabalho de Pontim (2011), que firma nos estudos dos registros arqueológicos do Projeto de Salvamento Arqueológico Pré-Histórico da UHE Serra Mesa (PA-SALV-SM) e Projeto de Salvamento Arqueológico da UHE Cana Brava (PA-SALV-CB), os sítios da Serra da Mesa contêm datações que estão entre as mais antigas do estado de Goiás. Para os assentamentos na área, as análises radiométricas indicaram a ocupação de caçadores-coletores há 10.250 anos AP $\pm$ 90 à grupos caçadores/coletores. Já em referência aos sítios litocerâmicos, a ocupação da área por grupos produtores de cerâmica entre 280 anos AP e 2.860 anos AP $\pm$ 90 (Morais, 2006 *apud* Pontim, 2011).

Isso se dá porque a Serra da Mesa, de acordo com Pontim (2011):

Com suas características topomorfológicas peculiares, apresenta parâmetros locacionais apropriados e áreas fontes de matérias-primas essenciais aos assentamentos humanos pretéritos. Sua diversidade litológica, relevo, hidrografia, fauna, flora e outras características permitiram ao homem se estabelecer em assentamentos de curta e de longa duração (Pontim, 2011, p. 23).

Em Goiás, existe o registro, no alto curso do rio Maranhão/Tocantins, do GO-Ni.243 Sítio Jequitibá, no âmbito do Projeto de Salvamento Arqueológico da UHE Cana Brava, com uma datação de 19.200 $\pm$ 3.400 anos AP e 19.000 $\pm$ 2.000 anos AP. As datações, obtidas se situam entre as idades mais recuadas para a ocupação de populações conceituadas como de caçadores-coletores (Martin, 2001 *apud* Pontim, 2011).

É importante mencionar que, o Projeto UHE Serra Mesa, envolveu sete municípios do estado de Goiás e contou com 93 sítios arqueológicos, sendo 60 deles de grupos ceramistas. Ademais, para o Projeto UHE Cana Brava, houve o contato com três municípios, cujos apresentaram 29 sítios com alguns dos materiais estudados tendo traços culturais de povos Tupi (Pontim, 2011). Os grupos ceramistas do estado de Goiás possuem algumas tradições tecnológicas, como Una, Aratu, Sapucaí, Uru e também há registros Tupi (Oliveira; Viana, 1999/2000). Na localidade supracitada, a Tradição Una pode ser encontrada subdividida nas fases Jataí e Palma;

a Tradição Aratu, na Fase Mossâmedes; a Tradição Sapucaí, nas fases Itaberaí e Tejuacú; a Tradição Uru, que se subdivide nas fases Uru, Uruaçu, Jaupaci, Aruanã e Itapirapuã, e a “Tradição Tupiguarani”, que reúne as fases Iporá e São Domingos (Schmitz; Barbosa, 1985 *apud* Pontim, 2011).

Os povos Tupi possuem registros por muitos lugares do Brasil e da América do sul, tendo uma variedade de pesquisadores buscando entender mais sobre esse traço cultural. No Brasil Central eles também se fazem presente, no entanto em menor número quando comparado a outras localidades. Em Goiás, eles foram localizados na Bacia do Paranaíba e no Planalto do Alto Tocantins, filiados às fases Iporá e São Domingos, respectivamente. Segundo Schmitz e Barbosa (1985), pertencem a subtradição Pintada. Para a Fase Iporá Schmitz e Barbosa (1985) apresentam os resultados dos estudos realizados em dez sítios arqueológicos. Nesse contexto, a Fase Iporá compreende ocupações que se encontram na bacia do Araguaia (rio Claro), bacia do Paranaíba (rio Claro e rio Verde) e em abrigos no município de Serranópolis (médio rio Verde) (Schmitz; Barbosa, 1985; Ataídes, 1998 *apud* Pontim, 2011).

Como já traçado por Oliveira e Viana (1999/2000), Robrahn-González (1996) e alguns outros pesquisadores, os grupos Tupi estiverem presentes em sítios multicomponenciais. Segundo Robrahn-González (2001), o deslocamento do grupo Tupi, quando da sua saída da Amazônia, em direção a outros territórios brasileiros, encontrou-os amplamente ocupados. Na bacia do Araguaia, por exemplo, percebe-se a presença de contatos mantidos com outros grupos, uma vez que há a presença de materiais Tupi em sítios Aratu e Uru. Prous (1992), inclusive, comenta que estabelecer um padrão de assentamento Tupi seria uma tarefa muito difícil em relação à variedade de situações encontradas, desde a mistura com outras tradições, até a ausência de um padrão de assentamento.

Para o sudoeste de Goiás, Schmitz *et al.* (1984) diz que a última de todas as ocupações dos abrigos encontrados é a fase Iporá, já perto da conquista europeia por parte dos indígenas Tupi. Para ele, é provável que surgiram lá ao subirem o rio Parnaíba. Oliveira (2005) ressalta que houve uma ocupação tardia nessa área, em relação a outros dados cronológicos obtidos para o Brasil Central, relacionando a ocupação Tupi ao século XV (Oliveira, 2005 *apud* Pontim, 2011).

A presença de cauxi associado ao caco moído e a decoração pintada em forma de faixas são características que relacionam os sítios trabalhados pelo PRAL ao contexto amazônico. Tal relação indica que esses sítios com cerâmica Tupiguarani teriam alcançado o Planalto Central por meio de um movimento de expansão territorial proveniente da Amazônia, possivelmente utilizando o próprio curso do rio Tocantins como via de acesso (Morales, 2008, p. 28).

É visível que as intensas pesquisas desenvolvidas na porção central do Estado de Goiás mostraram uma ocorrência extremamente discreta de assentamentos Tupi, podendo, até mesmo, ser inexistente em determinadas áreas. Sendo assim, se faz necessário compreender o porquê de eles não terem, durante 4 séculos, ocupado a região na mesma proporção dos grupos anteriores, como os agricultores do leste e do oeste (Robrahn-González, 1996). Para isso, Robrahn-González comenta sobre.

A partir de toda esta discussão parece-nos plausível inferir que, se os grupos portadores de cerâmica Tupiguarani deixaram certamente poucos, fugazes e heterogêneos assentamentos, constituem os grupos que mais estiveram presentes em toda a história da ocupação ceramista pré-colonial do Centro-Oeste. Ainda é difícil definir as causas destas manifestações, bem como o grau de interferência que tiveram no tempo e no espaço. De qual quer forma estes ceramistas mantiveram uma considerável via de acesso entre todos os grupos ceramistas regionais, através de um constante fluxo de objetos e informações (Robrahn-González, 1996, p. 111).

Pontim (2011) ressalta que estudar um tipo de sítio com poucos vestígios como o Tupi a partir do Planalto Central não é fácil para os pesquisadores, isso porque, como já citado anteriormente, esses assentamentos são significativamente reduzidos neste território cuja ocupação predominantemente está relacionada a um universo Jê.

Em virtude do exposto, observou-se que as pesquisas arqueológicas do Centro-Oeste iniciaram em Goiás. Segundo Oliveira e Viana (2000), a maioria desses projetos estavam espalhados em grandes áreas, o que impossibilitou o estudo completo das localidades, como em Serranópolis, Caiapônia e no nordeste do Mato Grosso do Sul. Entretanto, apesar da metodologia e teorias acionadas, muitas ainda limitadas ao conceito de fases e tradições, a contribuição desses projetos para o conhecimento da história pré-colonial do Centro-Oeste é inegável (Oliveira; Viana, 2000). Ademais, também é válido destacar a necessidade de pesquisas atuais, uma vez que os dados resultantes das primeiras pesquisas estão hoje desatualizados e precisam receber novas abordagens.

2.2 Mato Grosso do Sul

O estado do Mato Grosso do Sul faz parte da composição do Centro-Oeste brasileiro, sendo um território amplo e significativo para a história do país. Na Arqueologia, os estudos dessa localidade supracitada se deram um pouco mais tarde do que nos outros estados do Brasil.

Oliveira e Viana (2000) mencionam que foi a partir da década de 80 que as pesquisas relacionadas aos povos pré-coloniais no Mato Grosso do Sul se iniciaram. Para alguns autores, como Schmitz (2005), os estudos deste estado devem ser cuidadosos, uma vez que a amplitude, diversidade ambiental e geomorfológica se destacam no território. O Mato Grosso do Sul está conectado com muitos outros lugares, portanto, a Arqueologia desse estado não pode ser explicada em si mesma, como se estivesse isolada do mundo, mas precise do amplo contexto em que está inserida (Schmitz, 2005).

No centro do Estado encontra-se o planalto com seus campos e cerrados, que têm continuidade em Goiás, no Mato Grosso e mais adiante até a fronteira da Amazônia. No Oeste, os Pantanaís do Alto Paraguai se estendem para os Estados do Mato Grosso e Rondônia e servem de transição para o grande Chaco da Bolívia e do Paraguai. No leste, as matas, que acompanham o rio Paraná e seus principais afluentes, formam continuidade com as florestas de São Paulo e do Sul do Brasil (Schmitz, 2005, p. 1).

Assim como as outras unidades federativas brasileiras, o Mato Grosso do Sul também possui sua história pré-colonial. Antes da chegada dos europeus, tanto o Planalto quanto o Pantanal já se encontravam ocupados desde muitos milênios. Nesse sentido, diferentes povos passaram por esses espaços e desenvolveram técnicas, estruturas sociais e culturas adaptadas aos diversos ambientes (Schmitz, 1998). De acordo com o pesquisador Schmitz (1998), o Planalto e o Planalto Central, desde o começo do povoamento até o seu final, possuem conexões muito fortes, ainda mais com o estado de Goiás e Mato Grosso.

Para obter o conhecimento de um passado tão longínquo, o estado supracitado, assim como ocorreu em Goiás, teve que desenvolver projetos de pesquisas que buscassem desvendar os acontecimentos antes da colonização. Para isso, arqueólogos se uniram, desde 1985, para pôr em prática os métodos e técnicas que extraíssem as histórias nativas do Mato Grosso do Sul. Esse grande passo para o

conhecimento de grupos indígenas foi executado por profissionais da UFMS e do Instituto Anchietano de Pesquisas/UNISINOS, cujos deram início a dois projetos importantes para o tópico discutido, sendo o Projeto Alto Sucuriú e o Projeto Corumbá (Schmitz, 1998).

O projeto Corumbá surgiu pela necessidade de conhecer a história indígena de lugares no Brasil que os arqueólogos ainda não tinham explorado. Aplicar uma sistemática para os assentamentos do território e traçar as tradições e estilos dos povos que ali viveram foram oriundas deste projeto (Schmitz *et al.*, 2001). O Projeto Corumbá faz parte de programa semelhante, denominado Programa Arqueológico de Mato Grosso do Sul, do qual já havia sido executado (1985-1989) o projeto Alto Sucuriú. A pesquisa abrangia um vasto terreno, mas tinha como centro a cidade de Corumbá. O objetivo era estabelecer parâmetros para a história indígena pré-colonial, seguindo até a República. Para isso, o projeto possuía seus métodos, técnicas e metas (Schmitz, 1998).

Os procedimentos básicos incluem, então, o estudo das estruturas do ambiente, recursos disponíveis e distribuição no espaço; recursos efetiva e hipoteticamente usados e tecnologia empregada; assentamentos produzidos na adequação a espaços e recursos, estrutura social e imaginário presumidos; espaços não ocupados, limites territoriais, relação com populações vizinhas; história da ocupação, continuidade e mudança (Schmitz *et al.*, 2001, p. 12).

Durante as pesquisas, os arqueólogos identificaram 204 sítios arqueológicos ao decorrer de oito anos. Para a primeira ocupação da área estudada, houve a representação de apenas um sítio na barranca alta do rio Paraguai, na cidade de Ladário, sendo ele pré-cerâmico e com cerca de 8.200 anos. Além disso, na encosta florestada do Complexo Urucum foram estudados 23 sítios de agricultores Tupi, anteriores à Conquista e provavelmente ainda contemporâneos da mesma (Schmitz *et al.*, 2001).

Já o projeto Sucuriú abrangia as altas chapadas cobertas de cerrado dos municípios de Paranaíba, Cassilândia, Água Clara, Inocência, Costa Rica, Chapadão do Sul e Três Lagoas e possuía, em seu objetivo geral, a mesma intenção do projeto Corumbá (Schmitz, 1998). De acordo com a análise das pesquisas, a ocupação dos chapadões do Alto Sucuriú está claramente ligada ao planalto de Goiás, que tem sua

melhor representação em Serranópolis, no sudoeste daquele Estado. Tanto o tempo de ocupação, como a cultura são muito parecidos.

Esses projetos, e muitos outros, impulsionaram os estudos pré-coloniais do estado do Mato Grosso do Sul. Muitos arqueólogos, linguistas, antropólogos e historiadores abasteceram o conhecimento regional com seus inúmeros trabalhos. Kashimoto e Martins (2019) trazem um aparato de informações em sua recente publicação. Para o povoamento do Mato Grosso do Sul, o que se tem como cientificamente certo, é que o povoamento humano na região norte e nordeste de Mato Grosso do Sul já era efetivo na transição Pleistoceno/Holoceno (Kashimoto; Martins, 2019).

Os grupos ceramistas, por sua vez, possuem origem complexa para os estudiosos. Foi percebido, através dos dados recolhidos, que o conhecimento sobre como as sociedades indígenas desenvolveram práticas ceramistas ainda está aberto a discussões. Porém, graças aos métodos de datações arqueológicas e suas aplicações no Pantanal e no vale do rio Paraná, houve uma estimativa que esse fato se deu há mais de 2.500 anos (Kashimoto; Martins, 2019). Para os pesquisadores, devido a posição geográfica central de Mato Grosso do Sul, no interior do continente sul-americano, se faz possível pensar que essa tecnologia de fabricar artefatos cerâmicos chegou ao estado por meio de movimentos migratórios vindos de outras regiões brasileiras.

Essa hipótese obtém um reforço quando se analisam as características da cerâmica arqueológica coletada no âmbito dos projetos de pesquisas até agora executados no Estado. Em sua maioria, são conjuntos de vestígios arqueológicos que evidenciam aspectos tecnológicos fortemente presentes nas tradições ceramistas de outras grandes paisagens brasileiras, tal qual a amazônica e a grande área dos Cerrados do Brasil Central, entre outras (Kashimoto; Martins, p. 29, 2019).

A migração dos Tupi pelos rios da Bacia Amazônica, no Brasil Central, pode ser responsável pelos sítios arqueológicos desses povos visualizados nos Estados de Goiás, Mato Grosso e no nordeste de Mato Grosso do Sul. Para o Mato Grosso do Sul, houve a execução de datações, dando, como resultado, uma das mais antigas relacionada a essa tradição ceramista, com cerca de 1.440 anos A.P.

Em seu estudo, Corrêa (2014) analisa, através da sua revisão bibliográfica e pesquisa de campo, que a região do Mato Grosso do Sul pode ter sido cenário de

diferentes momentos migratórios de grupos com tecnologia Tupi, uns vindos do Norte e outros do Sudeste. Esse processo de diferentes momentos de migração dialoga com as datações existentes para o Mato Grosso do Sul.

Tais contingentes de povos indígenas ProtoTupi ceramistas teriam migrado do sudoeste amazônico, em sentido sul, orientando-se por um eixo direcional composto pelas bacias dos rios Madeira, Guaporé e Alto Paraguai. Em seguida, após séculos de territorialização de novas áreas ao longo desse percurso, instalaram-se hegemonicamente sobretudo nas terras banhadas pelos cursos fluviais integrantes da Bacia Platina, em certas localidades do Brasil (Estados da região Sul, São Paulo e na área meridional de Mato Grosso do Sul), Paraguai, Uruguai, no Norte da Argentina e no oriente boliviano (Kashimoto; Martins, p. 32, 2019).

O Mato Grosso do Sul se destaca pela presença de sítios Guarani. Esses sítios arqueológicos supracitados se destacam por serem testemunhos de uma transumância e ultrapassam uma centena. A localização desses assentamentos pode ser vista no rio Paraná e seus afluentes, assim como na Bacia do Paraguai, especialmente nas áreas florestadas da Morraria do Urucum⁷, em Corumbá, e da sub-bacia do Miranda, nas bordas ocidentais da Serra da Bodoquena, na Terra Indígena Kadiwéu e na Terra Indígena Lalima. Na área banhada pela Bacia do Alto Paraná, os sítios com a cerâmica Guarani são encontrados sobretudo ao sul do paralelo 21°40'S (Kashimoto; Martins, 2019).

De acordo com os pesquisadores, os sítios estudados vão aumentando cada vez mais na medida em que se toma a direção sul, ainda mais após a foz do rio Pardo, região onde foi, em outro momento, a área de influência das Missões Jesuíticas do Guairá, na primeira metade do século XVII. Esse fato levanta uma hipótese de que o povoamento Guarani arqueológico, ao longo do rio Paraná no Mato Grosso do Sul, se deu na direção Sul-Norte até as proximidades do rio Pardo (Kashimoto; Martins, 2019). Em questão de datações, o assentamento relacionado a subtradição Guarani, que auxilia na reconstrução dessas frentes migratórias, é o sítio Rio Pardo 9 (PD9), com cerca de 2.000 anos A.P. Assim, pode-se considerar que a subtradição Guarani é “o complexo cultural ceramista arqueológico com a maior presença no Estado, tanto em número de sítios quanto de peças cerâmicas” (Kashimoto; Martins, 2019, p. 33).

Em locais onde não haviam inundações no Pantanal, há vestígios remanescentes de grandes aldeamentos indígenas que existiram em tempos pré-colonial e colonial. Na cultura material arqueológica encontrada, há amostras de

cerâmica com padrões diversificados, seja quanto à sua decoração e/ou quanto à tecnologia de confecção, indicando, por assim dizer, a existência de povos culturalmente diferenciados e com processos históricos próprios. (Kashimoto; Martins, 2013 *apud* Bespale, 2015).

É importante ressaltar ainda que, o Pantanal, de acordo com as pesquisas arqueológicas, se tornou efetivamente ocupado a partir de três mil anos atrás (Eremites de Oliveira, 2003, p. 79). Esse fenômeno ocorreu devido ao desenvolvimento de processos de consolidação territorial promovidos pelas diversas populações indígenas responsáveis pela construção de aterros. A datação para a incorporação da tecnologia cerâmica da Tradição Pantanal foi datada em 2.8000 anos AP (Peixoto, 2003 *apud* Bespalez, 2015).

Ademais, como dito anteriormente, a ocupação Tupi abrange uma grande área no leste da América do Sul, com grande homogeneidade na cultura material. Graças a isso, o estudo do material cerâmico feito no trabalho de Peixoto (1998), mostrou que “os sítios da borda oeste do Pantanal Sul matogrossense, maciço do Urucum, pertencem aos ceramistas Tupi, SubTradição Corrugada do sul do Brasil” (Peixoto, 1998, p. 83). Ainda no Pantanal, um sítio Guarani foi datado em quinhentos anos AP na reserva dos índios Kadiwéu e outros tantos foram detectados no planalto do Urucum-Amolar, em Corumbá (MS), mas ainda não foram datados (Kashimoto; Martins, 2008; Peixoto, 1998 *apud* Bespalez, 2015).

Para os sítios encontrados no Mato Grosso do Sul que foram associados ao povo Tupinambá, Corrêa (2014) argumenta que, devido à presença de elementos emblemáticos típicos das regiões Nordeste e Sudeste, os sítios com cerâmicas Tupinambá nos estados de Goiás, Mato Grosso, e Mato Grosso do Sul parecem ser mais recentes (Corrêa, 2014, p. 262-263). Além disso, ele ressaltava a ocorrência da cerâmica Tupi no Norte a norte do Rio Verde no Mato Grosso do Sul, região já apontada como de ocupação Tupinambá (Martins; Kashimoto, 2008 *apud* Corrêa, 2014).

Bespalez (2015) comenta que à margem esquerda do rio Paraná, no segmento situado entre as confluências dos rios Pardo e Verde, em frente à desemboca-dura do Tietê, ou seja, ao norte do segmento entre os rios Amambá e Ivinhema, foram encontrados conjuntos cerâmicos classificados como “Tupi não-Guarani” (Kashimoto; Martins, 2008, p.165 *apud* Bespalez, 2015). Em função dos poucos atributos

tecnológicos classificados como Guarani que estavam localizados mais ao sul, às características morfológicas e o tratamento de superfície desses conjuntos estavam mais parecidas com àquelas descritas por Brochado (1984) como pertencentes à Subtradição Tupinambá (Bespalez, 2015).

Na mesma área, entendida como próxima da fronteira entre os Guarani e os Tupinambá, também foram coletados vestígios cerâmicos datados entre 2.200 e seiscentos anos AP, os quais, por sua vez, podem estar relacionados com ocupações distintas e ainda mais antigas que as Tupi (Bespalez, 2015, p. 62-63)

Além disso, os dados linguísticos apontam que o provável centro de origem do tronco Tupi situa-se onde atualmente se encontra o estado de Rondônia, “[...] na área próxima da bacia do Madeira-Guaporé” (Noelli, 1996, p.31; Rodrigues, 1964, p.103 *apud* Bespalez, 2015), e que a expansão dessas populações teria se desencadeado de norte a sul. Assim, de acordo com Bespalez (2015), é possível que se encontrem datas tão antigas em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul quanto aquelas que foram registradas nas regiões próximas.

2.3 Mato Grosso

O Mato Grosso é um dos três estados que compõem a região Centro-Oeste brasileira, sendo destacável por ser o terceiro maior estado do país em termos de território (IBGE, 2020). Na Arqueologia, assim como no Mato Grosso do Sul, a localidade só foi desenvolver suas pesquisas a partir da década de 80, ficando atrás no conhecimento sobre o próprio passado (Oliveira; Viana, 2000).

Para suprir essa necessidade e com a intenção de descobrir sobre a história pré-colonial e colonial de diversos territórios, incluindo o Mato Grosso, em 1983/1984 foi lançado o Programa de Pesquisas: Pré-História e seus Paleoambientes na Bacia do Paraná e no Mato Grosso, tendo convênio entre a USP, São Paulo e o MNHN, Paris, em acordo com o IPHAN brasileiro (Vialou, 2009). A partir de 1985, o programa foi aceito e financiado para que as pesquisas pudessem ser elaboradas. Além disso, tornou-se possível compor um primeiro quadro sobre os povoamentos e as culturas pré-históricas de uma região de localização geográfica estratégica por estar situada no Centro da América do Sul, entre as grandes bacias hidrográficas, a do rio

Amazonas, ao norte e ao sul a Bacia Platina, pelos rios Paraguai e Paraná (Vialou, 2009, p. 103).

Em um estudo feito pela Zanettini Arqueologia (2007), é mencionado que não restam mais dúvidas que a ocupação humana no Mato Grosso ultrapassa 20 mil anos.

Entre as ocupações mais antigas do Estado do Mato Grosso, podemos citar a dos caçadores coletores do Pleistoceno Superior, as quais foram registradas no rio Galera com as pesquisas efetuadas no Abrigo do Sol durante a década de 1970 (Miller, 1987; Puttkamer, 1979), cujas datações alcançaram grande antiguidade (9000-12.000 anos AP, embora duas datações tenham alcançado 14470 ± 120 AP e 19400 ± 1100 AP) (Zanettini, 2007, p. 6).

Além de encontrar este abrigo e oferecer um avanço na compreensão da longínqua história matogrossense, pesquisadores também acharam, nos municípios de Jangada e Rondonópolis, sítios arqueológicos importantes. Dentre eles está o de Santa Elina, contendo dois períodos de ocupação, um de 25 mil anos e outro entre 10 mil e 7 mil anos (Vialou, 2005 *apud* Zanettini, 2007).

Para os grupos ceramistas, Oliveira e Viana (2000) mencionam que, no Mato Grosso, a ocupação ceramista mais antiga está representada pelos sítios Ferraz Egreja e MT-SL-72, ambos localizados em Rondonópolis e com datas em torno de 2.000 AP (Vilhena-Vialou; Vialou 1994; Wüst; Vaz 1998 *apud* Oliveira; Viana, 2000).

Neste estado supracitado, já foi identificado a presença de várias tradições ceramistas, como a Uru, Aratu e vestígios Tupi. Além disso, pesquisadores puderam encontrar sítios Bororo no Mato Grosso, especificamente no alto e médio Vermelho. De acordo com Wust (1990), esses sítios estão correlacionados a uma fusão de diversas matrizes e culturas étnicas, entre elas as dos grupos portadores das tradições Uru e também por povos Tupi (Wüst 1990 *apud* Oliveira; Viana, 2000, p. 161).

Foi registrado, ainda, a presença de grupos Tupi em ambientes fechados nos estados de Goiás e Mato Grosso. Nesses assentamentos, foram resgatados fragmentos cerâmicos nas camadas mais superficiais de abrigos e em ambientes abertos (Oliveira; Viana, 2000).

Para o norte do Mato Grosso, há o registro de vários sítios arqueológicos sem uma filiação totalmente conclusiva, (sítios cemitério no vale do Paraguai, sítios a céu aberto no alto Xingu, Juruena, Aripuanã e Guaporé). No entanto, dentre a variedade

observada, pode-se notar que alguns deles apresentaram características que parecem, de fato, remeter à tecnologia Tupi (Pardi, 1995 *apud* Oliveira; Viana, 2000).

Bespalez (2015) demonstra em seu trabalho que, no entorno do Pantanal, foram detectados outros conjuntos Tupi não classificados como Guarani no rio Vermelho, em Mato Grosso.

Nos abrigos sob rocha da Cidade de Pedras, as cerâmicas descritas como “[...] fragmentos que trazem traços estilísticos característicos da Tradição Tupi-Guarani” (Berra; De Blasis, 2006, p.199) foram coletadas nas camadas estratigráficas mais recentes, enquanto os sítios a céu aberto, sendo um deles datado entre 650 e trezentos anos ap, foram ocupados por populações ceramistas portadoras das Tradições Uru e Tupi (Figuti, 2006, p.214). Já no território Bororo, a cerâmica da “Tradição Tupiguarani Polícroma” (Wüst, 1999, p.305), foi datada em 680 anos ap. A propósito, as pesquisas efetuadas junto aos Bororo indicam que esses, cuja cerâmica foi datada em 230 anos ap, podem ter uma origem relativamente recente, resultante da fusão cultural entre os Tupi e as populações portadoras das Tradições Una e Uru (Bespalez, 2015, p. 63).

Em seu trabalho, Corrêa evidencia a ocorrência de cerâmicas Tupinambá no estado do Mato Grosso, no entanto, destaca que devido à presença de elementos emblemáticos típicos das regiões Nordeste e Sudeste, esses sítios Tupinambá no Mato Grosso podem ser mais recentes (Corrêa, 2014).

Apesar das pesquisas terem se aprofundado ao longo dos anos e trabalhos terem se desenvolvido em função da maior valorização pelo passado pré-colonial, o estado do Mato Grosso permanece com baixa presença de sítios relacionados a populações Tupi. Mesmo em projetos onde centenas de sítios foram encontrados, a presença Tupi é pouco recorrente neste estado (Corrêa, 2014).

3 METODOLOGIA

Com a finalidade de colaborar com os modelos existentes sobre a expansão e migração de povos Tupi, essa pesquisa utilizou um banco de dados composto por sítios arqueológicos Tupi localizados na região Centro-Oeste e, também, se instruiu por meio de informações fotogramétricas de cerâmicas resgatadas em assentamentos. Tudo isso contribuiu para uma melhor compreensão a respeito das populações que viveram em cada estado durante o passado brasileiro, tanto em aspectos geoespaciais quanto socioculturais.

3.1 Caracterização da pesquisa

Esta pesquisa se firma na coleta e organização das informações disponíveis na bibliografia, assim como no banco de imagens e dados alfanuméricos já disponibilizados pelo Projeto Tupi. As fontes foram submetidas ao método crítico desenvolvido por Deminiciis (2011, 2013), que consiste no planilhamento das informações sobre a fonte, permitindo uma abordagem serial para sua crítica. Com isso estabelecido, futuros pesquisadores conseguirão conter mais estrutura para contribuir, contrariar ou criticar os modelos trabalhados durante o desenvolvimento do ensaio, possibilitando uma margem maior de teorias que contribuirão com a história pré-colonial da região.

Em função do auxílio de artigos, teses, dissertações e relatórios publicados, as informações coletadas foram sistematizadas em um banco de dados. A sistematização desses dados, sejam eles cronológicos, geográficos ou arqueológicos, possibilitou compreender quais localidades da região Centro-Oeste possuía maiores populações dos Tupi. Além disso, o planilhamento utilizado ofereceu cronologias de assentamentos dessas populações, informações de suas tradições, compreensão da cadeia operatória feita para o material cerâmico e, principalmente, conseguiu mostrar com clareza a discrepância entre as pesquisas arqueológicas no estado de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Nesse sentido, através desse método (figura 1 e figura 2), os resultados foram obtidos com ajuda de processamento estatístico, trazendo maiores contribuições para os diferentes estudos relacionados aos povo Tupi no Centro-Oeste.

Figura 2: Planilha das informações dos sítios

1. Fonte	2. Instituições	3. População	4. Cod. Sítio	5. Nome do Sítio	6. CNSA	7. Sigla do Sítio
8. Estado	9. Município	10. Localidade	11. Coordenadas	12. Precisão	13. Terra Preta	14. Hidrografia
15. Fase	16. Datação	17. Desvio	18 Referência cronológica	19. Datas AP	20. Datação Calibrada (informar se AP ou AD)	21. Metodo de Datação
22. Código Lab.						

Fonte: Corrêa (2014)

Figura 3: Planilha das informações das cerâmicas

1. Fonte	2. Povo	3. Código	4. Inteira
5. Fragmentada	6. Semi-inteira	7. 55mm	8. Classe
9. Vetorizada	10. Estado	11. Município	12. Obs

Fonte: Corrêa (2014) e autoria própria

Primordialmente, o levantamento bibliográfico ganha destaque neste projeto, visto que será através dele que será obtido os principais conhecimentos sobre o tronco linguístico Tupi no Brasil e no Centro-Oeste. Ana Paula Brito, Guilherme de Oliveira e Bruna da Silva argumentam que:

[...] existem produções de pesquisas científicas que se fundamentam exclusivamente na pesquisa bibliográfica, buscando nas obras já publicadas as informações necessárias para dar respostas aos problemas de estudo estabelecidos pela investigação (Brito; Oliveira; Silva; 2021, p. 6).

Destacando o argumento mencionado, sabe-se que a Arqueologia cerâmica como ferramenta para análise da dispersão, origem e migração dos povos Tupi, já obteve colaboração de diferentes autores. Alguns iam ao encontro, outros ao desencontro, mas a maioria continha como objetivo compreender melhor o mistério envolvido no passado nativo brasileiro e da América do Sul. Nesse sentido, será exatamente nisto que o presente trabalho irá se basear, visto que cientistas, como Corrêa (2014), efetuaram pesquisas similares a esta.

Segundo Ana Paula Brito, Guilherme de Oliveira e Bruna da Silva (2021),

conforme citado por Lakatos e Marconi (2003), no planejamento e organização de uma pesquisa bibliográfica, é importante considerar algumas etapas ou fases como: a escolha do tema; elaboração do plano de trabalho; identificação; localização; compilação; fichamento; análise e interpretação e redação. No entanto, além disso, também se faz necessário um sistema que permita a crítica das fontes. Para isso, as fontes serão submetidas ao método crítico desenvolvido por Deminiciis (2011, 2013) tendo como base o planilhamento das informações, como apresentado na tabela abaixo:

Autor da fonte histórica	Data de nascimento e morte do autor	Passagem pelo Brasil (local e tempo de estadia)	Local de origem do autor	Ofício/cargo e instituição de financiamento para a atuação do autor	Título da obra/ano de publicação/pico de popularidade da obra	Natureza e estilo da fonte	Observações interessantes presentes em parte da fonte	Fatos relevantes e contextuais
--------------------------	-------------------------------------	---	--------------------------	---	---	----------------------------	---	--------------------------------

Em seguida, a formação de um banco de dados após a filtragem das informações também é um passo da pesquisa, dado que sua utilização permitirá maior fluidez do material obtido. Destarte, será através desses resultados sistematizados que serão executadas estatísticas e mapas temáticos a respeito dos sítios Tupi e suas cerâmicas arqueológicas. Essa etapa permitirá fazer comparações das datações dos sítios arqueológicos e ajudará a conter maior visibilidade do geoespaçamento dessas comunidades. É evidente, entretanto, que o material cerâmico obterá sua individualidade, pois necessita-se de uma ficha alfanumérica de análise de atributos (anexo 1) para que as características morfológicas, estilísticas e de acabamento de superfície de cada um sejam estudadas com atenção, agrupadas e utilizadas quantitativamente e/ou qualitativamente. A ficha criada tem como objetivo entender melhor as mudanças por quais os materiais passaram ao decorrer do tempo, assim como montar comparações de modos de fazer similares das famílias Tupi.

Para os vasilhames coletados e relacionados aos Guarani, será utilizado a classificação de Brochado e Monticelli (1994) onde os autores fazem distinções morfológicas das cerâmicas. No manual “Regras Práticas Na Reconstrução Gráfica Das Vasilhas De Cerâmica Guarani A Partir Dos Fragmentos”, eles apresentam seis classes, sendo a classe 1 (yapepó) as vasilhas com diâmetro de abertura entre 12 a 36cm, com morfologia de panelas de cozinhar. A classe 2 (ñaetá), incluídas peças

com diâmetro de abertura de 30 a 50cm, geralmente usadas sobre o fogo. A classe 3 (ñamôpyu), tendo diâmetro de boca de 18 a 34cm, usufruídas para assar beiju. A classe 4 (cambuchí), que engloba peças com diâmetro de abertura de 18 a 36cm, usadas para guardar água. A classe 5 (ñaembé), representando tigelas de comer e beber com 12 a 34cm de abertura. E, por fim, a classe 6 (Cambuchí Caguâba), também sendo tigelas, com 12 a 34cm.

Destarte, por fim avaliados, as distinções das cerâmicas, seja pela cadeia operatória, estilos técnicos ou morfologias, irão permitir a distinção dos conjuntos de maneira espacial/temporal. Isso irá contribuir com o conhecimento da dispersão de diferenças nos conjuntos artefatuais, que por sua vez poderão ser interpretados como distinção dos grupos que os produziram. O grau de divergência entre os conjuntos poderá lançar luz à hipóteses já existentes sobre os processos de origem e dispersão das populações, assim como permitir aventar novas hipóteses (Corrêa, 2014).

4 RESULTADOS OBTIDOS

Em virtude da metodologia adotada nesta pesquisa, foi possível coletar dados qualitativos e quantitativos sobre os povos Tupi na região Centro-Oeste do Brasil e seus artefatos cerâmicos. Esses resultados contribuem diretamente para o objetivo deste trabalho, pois têm o potencial de fortalecer teorias já estabelecidas ou que venham a ser formuladas sobre a história pré-colonial dessas populações.

4.1 Os sítios arqueológicos e os conjuntos artefatuais cerâmicos

Embora os estudos pré-coloniais no Brasil tenham se iniciado em uma data longínqua, em 1830 com Karl von Martius (Prous; Lima, 2008), e o nascimento da Arqueologia no Brasil seja marcado pelas pesquisas relacionadas as populações indígenas (Barretto, 1999/2000), esse avanço científico não foi igual por todo território nacional. Isso porque, percebeu-se, durante a análise de dados, uma disparidade muito exacerbada nas questões arqueológicas pré-coloniais entre as diferentes regiões do território brasileiro. Essa diferença na frequência de descobertas que ocorre em cada estado demonstrou, visivelmente, a desigualdade no investimento oferecido as pesquisas sobre populações nativas no Brasil.

Em um estudo publicado em 2023 por Bueno *et al.*, os pesquisadores trouxeram a formação de um banco de dados que compara a quantidade de sítios arqueológicos cadastrados em cada região do país com a quantidade de datações absolutas disponíveis para eles. Essa relação, nos resultados, mostra que o Sul possui 7.438 sítios cadastrados e 1.005 deles com datações, gerando uma porcentagem de 13,5%. Já o Centro-Oeste contém 3.663 assentamentos no sistema e apenas 362 deles foram datados, sendo apenas 9% do total (Bueno *et al.*, 2023). Essa divergência evidenciada pelos estudiosos acaba refletindo a distribuição de investimentos para pesquisas nas diferentes regiões do país, fazendo com que a história de umas seja mais aprofundada do que a de outras.

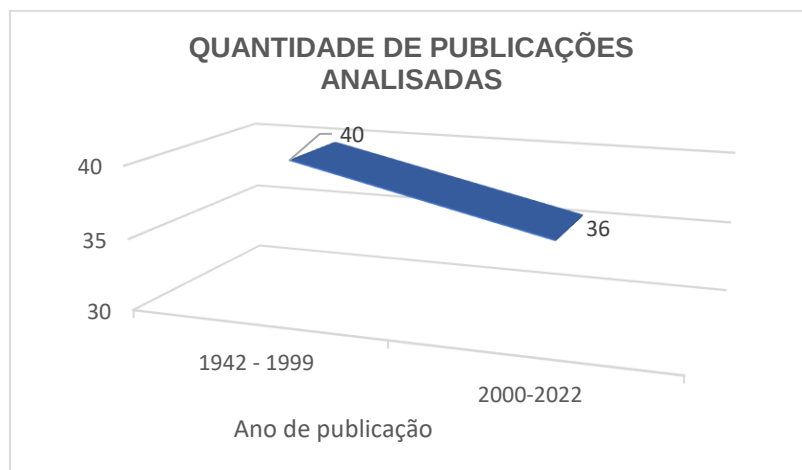
Além disso, nota-se uma diferença no surgimento da Arqueologia em cada região que pode ser justificado como agente da disparidade citada. De acordo com Oliveira e Viana (1999/2000), na região Centro-Oeste do Brasil, as pesquisas com métodos e técnicas envolvendo a ciência arqueológica se iniciaram no estado de

Goiás, pelos projetos de pesquisa da Universidade Católica de Goiás (UCG) e à Universidade Federal de Goiás (UFG), respectivamente em 1971 e 1974. Ademais, no estado do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, essa prática aconteceu a partir da década de 80. Em contrapartida, Noelli (1999/2000, pg. 219) comemora em sua publicação que “as pesquisas arqueológicas na Região Sul do Brasil estão completando 128 anos”, mostrando uma diferença de quase cem anos entre o início das pesquisas arqueológicas no Centro-Oeste brasileiro. Ademais, o autor destaca que os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná constituem as áreas brasileiras mais conhecidas arqueologicamente.

Este projeto de pesquisa apresentado continha, dentre seus objetivos, aumentar a gama de informações relacionadas aos povos pré-coloniais do estado de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul para diminuir essa diferença científica citada. Entretanto, buscou-se filtrar o conhecimento obtido, tomando como material apenas as populações pretéritas falantes do tronco linguístico Tupi. Dessa forma, o projeto discutido visou incrementar com os modelos de expansão e migração das populações Tupi que se localizavam na região Centro-Oeste. Para isso, usufruiu-se de um banco de dados coletado por Corrêa (2014), onde haviam informações de sítios arqueológicos classificados como Tupi por quase toda a América do Sul. Assim, se fez possível iniciar a filtragem dos dados e gerar estatísticas que auxiliaram no entendimento dessas populações para a história de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Embora o trabalho tenha avançado e se mostrado eficaz, alguns pontos podem ser discutidos, como, por exemplo, a ausência de novas pesquisas e projetos voltados aos sítios arqueológicos da região. Percebeu-se que cerca de 52,6% das publicações e projetos que foram utilizadas para compor a tabela foram feitas entre os anos de 1942 à 1999, enquanto 47,4% foram publicadas entre 2000 à 2022, sendo em 2022 apenas uma fonte encontrada (figura 4). Essa lacuna e diminuição de pesquisas traz preocupação quanto a valorização dos povos Tupi para a reconstrução da história do passado do Centro-Oeste.

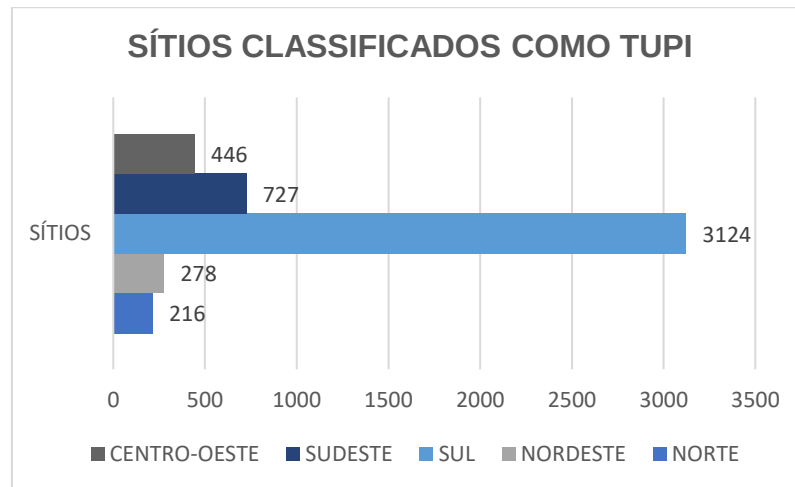
Figura 4: Gráfico de quantidade de fontes analisadas



Fonte: Autoria Própria

Quanto a composição do banco de dados destinado apenas aos sítios arqueológicos Tupi, como visto no planilhamento da figura 1, em virtude da pouca bibliografia recente, apenas 68 novos sítios classificados como de populações falantes do tronco Tupi foram encontrados. Além disso, é válido citar que a grande parte deles estavam descritos em publicações anteriores a 2010. Portanto, a região Centro-Oeste reuniu um total de 446 sítios arqueológicos Tupi, continuando longe das regiões Sul e Sudeste que aglomeram mais de 3 mil sítios (figura 5).

Figura 5: Quantidade de sítios Tupi



Fonte: Autoria Própria

Durante o andamento da pesquisa foi percebido alguns erros e dificuldades. Um exemplo de erro foi visto no banco de dados disponibilizado pelo Projeto Tupi, onde a coordenada UTM de dois sítios localizados no estado de Goiás estavam postas em zonas incorretas, colocando em risco a localização dos sítios arqueológicos. Além disso, alguns sítios sem localização foram evidenciados e, os que puderam, corrigidos, aumentando a capacidade deste trabalho em colaborar com modelos de expansão e migração Tupi existentes.

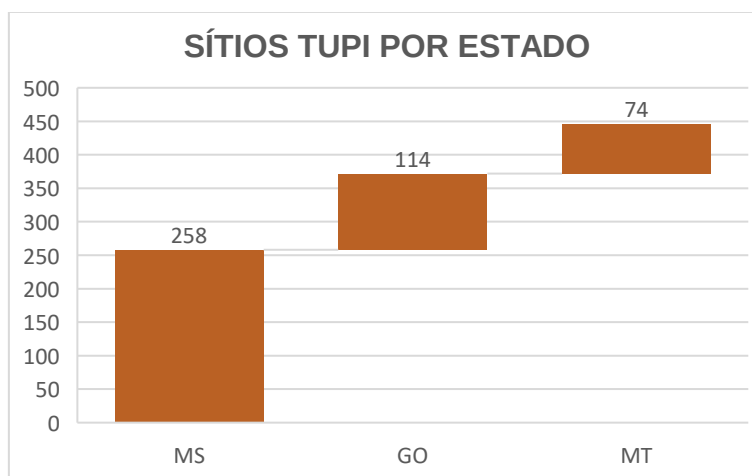
Quanto as dificuldades encontradas, pode-se discutir algumas. Felizmente, muitos trabalhos de arqueólogos e cientistas brasileiros no Centro-Oeste foram evidenciados e analisados, entretanto, em sua grande maioria, não era evidenciado os sítios arqueológicos que citavam. Por exemplo, ao estudar uma área com esse potencial, muitos autores apenas comentavam a quantidade de sítios que compunha o local, sem oferecer informações básicas (como o nome dos sítios) que poderiam avançar diferentes pesquisas. Além disso, pode ser citado também a falta de atenção voltada ao material cerâmico. Aqueles que disponibilizaram dados sobre os sítios arqueológicos, infelizmente não classificaram as cerâmicas ou sequer colocaram fotos em seus trabalhos, dificultando a classificação dos sítios Tupi.

Ademais, as plataformas voltadas para os cientistas e a população, tais como o CNSA (Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos) e o SICG (Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão), foram ferramentas primordiais para o avanço das informações. Entretanto, muitos pesquisadores que preencheram as fichas dos sítios não disponibilizaram dados básicos, como a localização e as tradições vinculadas aos

assentamentos. Esses detalhes acabam escondendo referências que podem influenciar no entendimento da história de muitas populações e territórios.

Em primeiro plano já foi discutido a diferença entre as pesquisas arqueológicas feitas entre as regiões do Brasil, no entanto, ainda não se falou sobre a desproporção ocorrida, também, na própria região em relação aos estados. Foi mencionado, anteriormente, que a Arqueologia em Goiás foi pioneira em comparação ao Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Todavia, apesar dessa vantagem à início, o estado do Mato Grosso do Sul se mostrou bem avançado em suas pesquisas ao decorrer dos anos, ganhando destaque no Centro-Oeste. Os arqueólogos Kashimoto e Martins foram principais colaboradores desse avanço na região.

Figura 6: Quantidade de sítios Tupi no Centro-Oeste



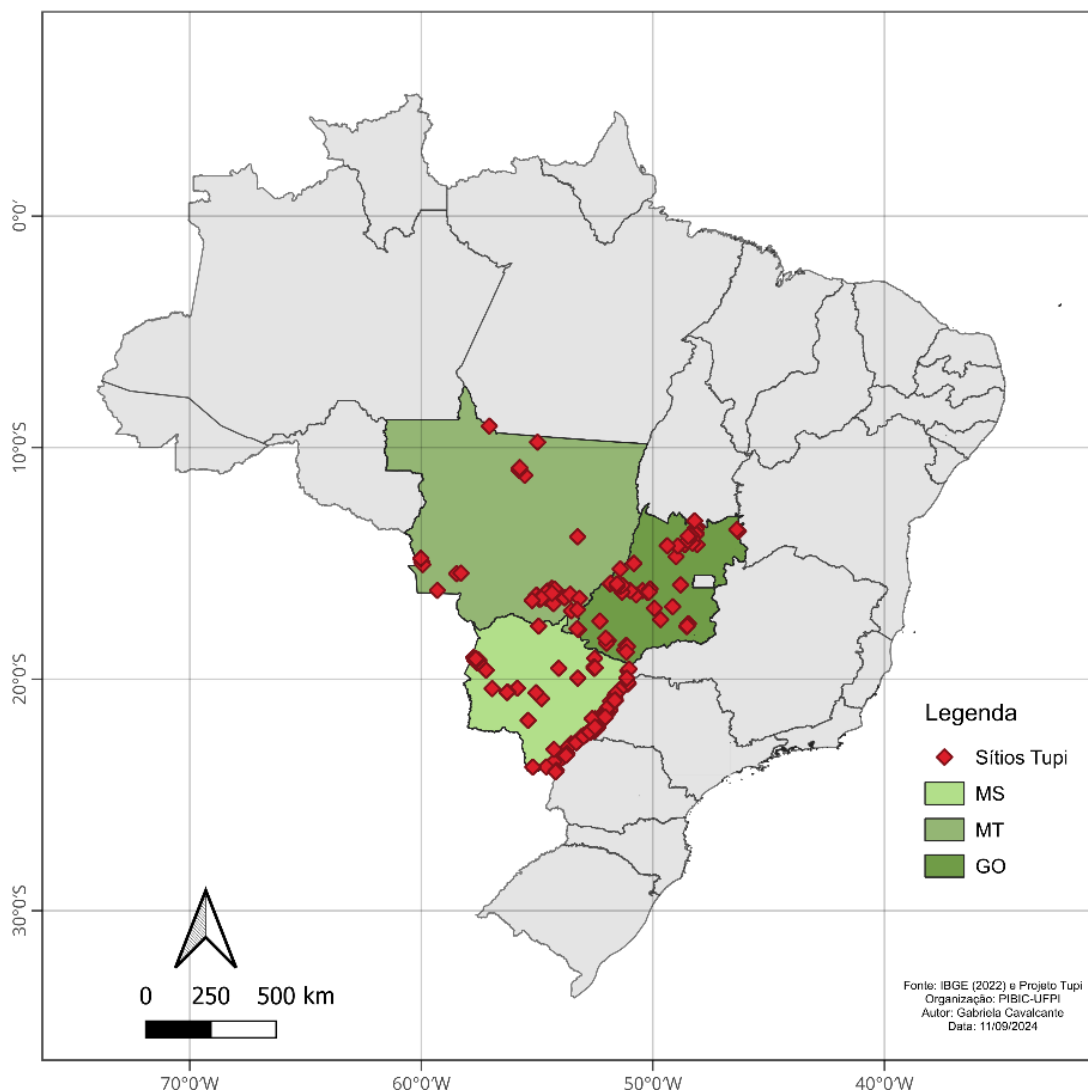
Fonte: Autoria própria

Percebeu-se, evidentemente, que os projetos e pesquisas feitos no Mato Grosso do Sul não tiveram um decaimento exacerbado. Ao decorrer do avanço desse trabalho, foram encontrados 34 sítios Tupi na localidade. Em Goiás os resultados também foram satisfatórios, levando em consideração o pouco avanço da bibliografia. Nesse território houve um aumento de 27 sítios cadastrados no banco de dados. Em contrapartida, o Mato Grosso foi o que se mostrou mais dificultoso durante a procura de sítios arqueológicos, tendo apenas 6 novos registros (figura 6). É válido ressaltar, no entanto, que os “novos” citados nesse trabalho, em grande maioria, estavam

relatados em pesquisas antigas entre 1942 à 1999. Isso demonstra o retrocesso na execução de recentes trabalhos arqueológicos na região.

Quanto as datações feitas em cada sítio arqueológico, essas também puderam ser enumeradas graças ao sistema do planilhamento do banco de dados. Na região Centro-Oeste, dos 446 sítios estudados, 153 deles possuem datações absolutas feitas por métodos diferentes, deixando 293 deles sem datações, o que acaba prejudicando a formação de cronologias. Já para a localização obteve-se um número satisfatório, tendo 408 sítios com coordenadas. Porém, deve-se ressaltar que, em sua maioria, os pontos estão aproximados dos sítios, não sendo uma localização exata (mapa 2).

Mapa 2: Localização dos sítios Tupi no Centro-Oeste a partir do banco de dados

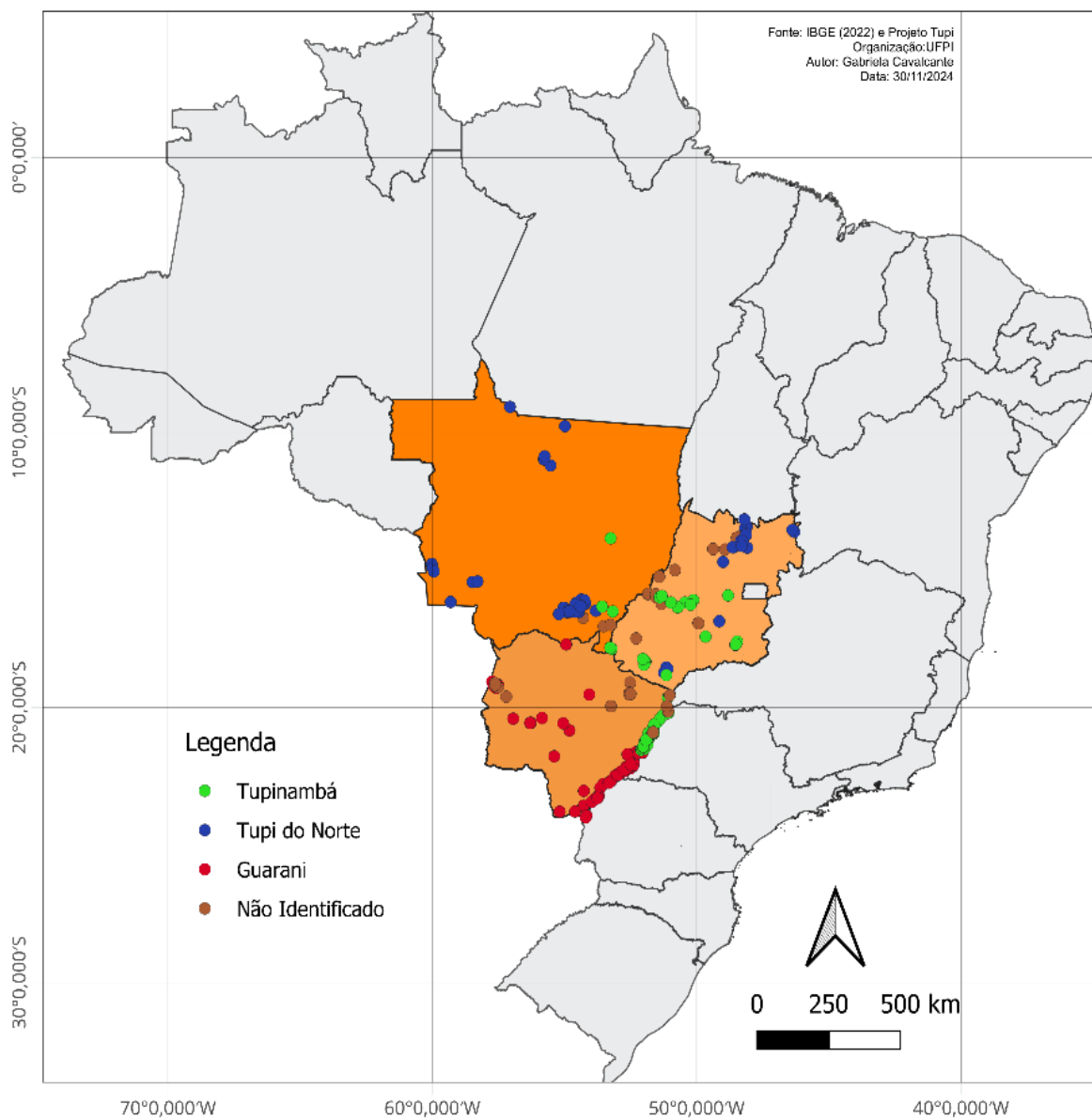


Fonte: Autoria própria

Além disso, os dados dos sítios arqueológicos do Centro-Oeste puderam evidenciar a presença de sítios relacionados às populações Guarani, Tupinambá e Tupi do Norte. Entre os 446 sítios analisados, 51 não tiveram suas populações identificadas, 160 foram classificados como assentamentos Guarani, 119 sendo Tupinambá e 116 vistos como Tupi do Norte (mapa 3). Grande parte dos assentamentos estavam próximos a cursos de água, como visto no mapa 4.

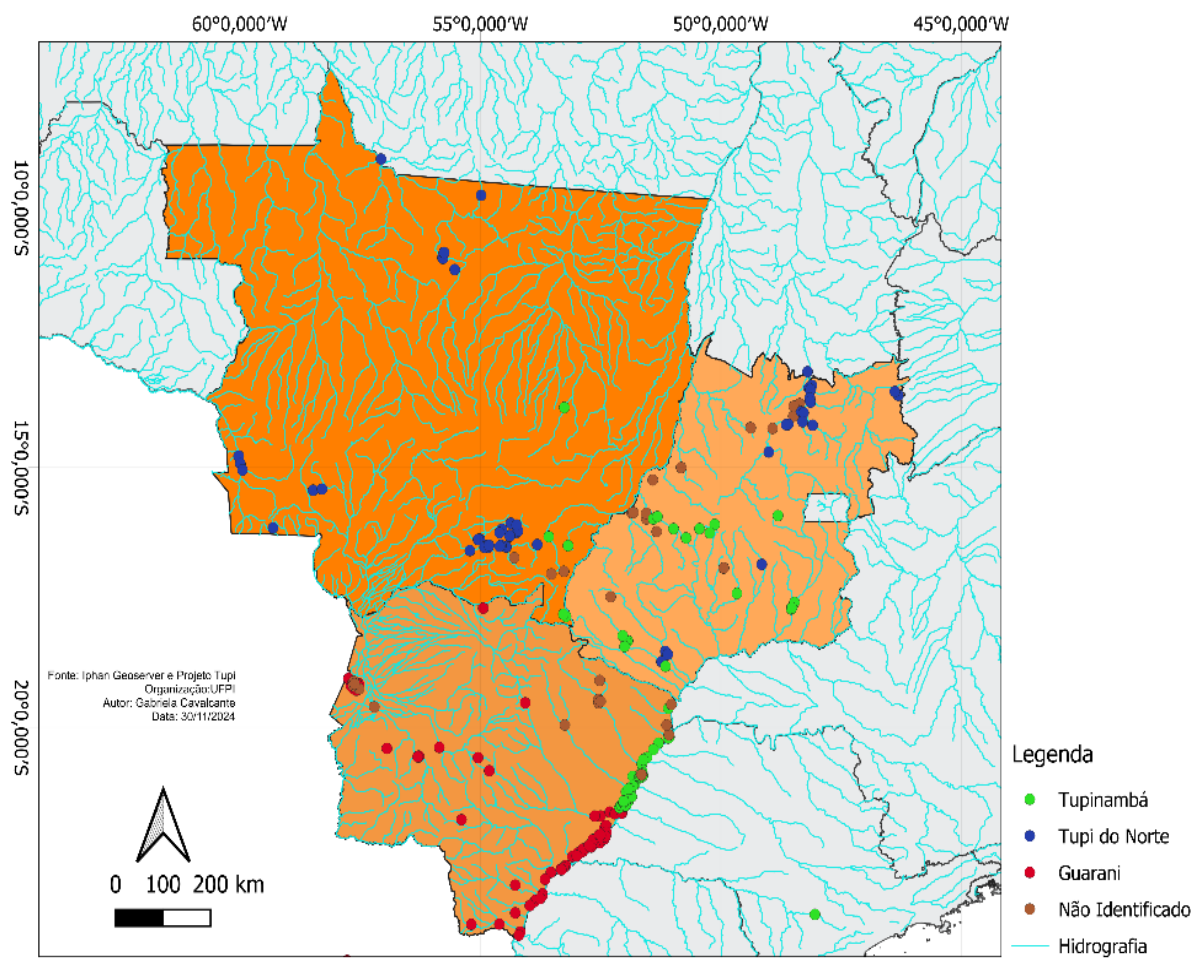
O mapa 3 mostra essa separação, no entanto, não abrange todos os sítios contemplados no banco de dados, uma vez que não foi possível encontrar as coordenadas de todos.

Mapa 3: Localização dos sítios Tupi no Centro-Oeste com populações a partir do banco de dados



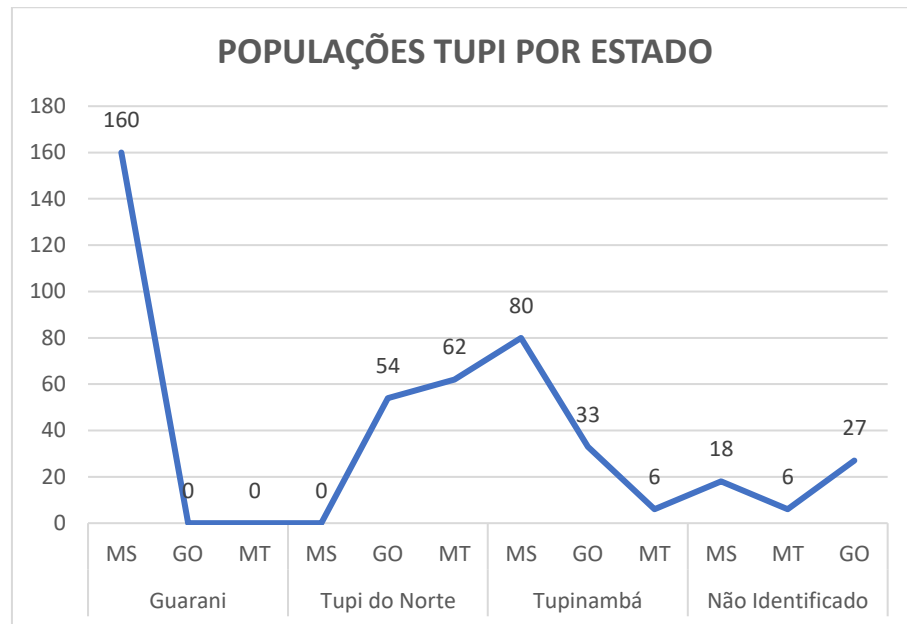
Fonte: Autoria própria

Mapa 4: Localização dos sítios Tupi no Centro-Oeste e hidrografia



Fonte: Autoria própria

Figura 7: Populações Tupi no Centro-Oeste



Fonte: Autoria Própria

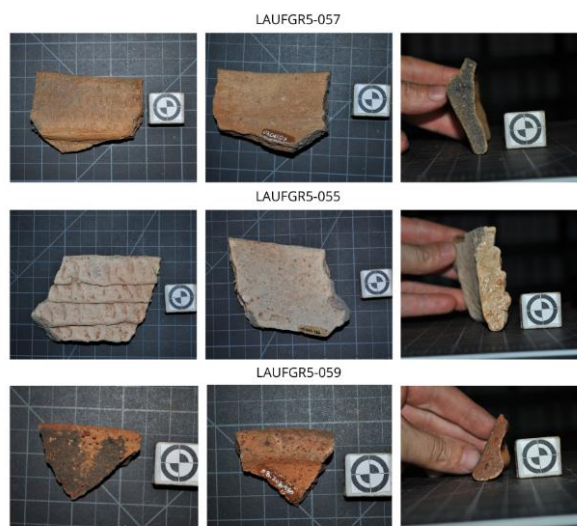
Em uma segunda análise, é importante ressaltar que, para que esses sítios sejam classificados como Tupi, é preciso que os arqueólogos executem estudos sobre a localidade, dado que essas populações pretéritas não vivem mais nos assentamentos encontrados. Nesse sentido, grande parte das vezes essa informação pode ser obtida através do estudo do artefato cerâmico encontrado nos sítios, visto que os falantes do Tupi eram, em grande maioria, ceramistas.

Assim sendo, entende-se que as populações que pertencem a esse tronco linguístico executavam a produção da cerâmica. Todavia, é importante destacar que elas se diferenciavam pela forma de utilizar, fabricar, manusear ou estilizá-las. Portanto, além do banco de dados dos sítios arqueológicos no Centro-Oeste, esta pesquisa também contou com uma ficha alfanumérica e dados fotogramétricos de cerâmicas Tupi localizadas em instituições de guarda pela região, permitindo o conhecimento mais aprimorado de suas culturas, tradições e costumes.

Nesse sentido, foram analisadas 143 cerâmicas inteiras, fragmentas e semi-inteiras provenientes de cinco coleções do Centro-Oeste, sendo subdivididas em 128 peças Guarani e 15 peças Tupinambá. A etapa seguinte contou com a vetorização das imagens, passo que visa facilitar classificações e comparações com outras cerâmicas. Para vetorizar, foram priorizadas as cerâmicas que exibiam borda, corpo e base mais discerníveis registradas por meio de fotogrametria. Seguindo esses critérios, 29

vasilhas cerâmicas inteiras, 2 provenientes de Goiás e 27 do Mato Grosso do Sul, e 4 semi-inteiras do Mato Grosso do Sul foram vetorizadas, sendo todas relacionadas as populações Guarani. Infelizmente, as cerâmicas Tupinambá (figura 8, 9 e 10) estavam muito fragmentadas, impedindo novas análises.

Figura 8: Fragmentos cerâmicos Tupinambá encontrados em Goiás



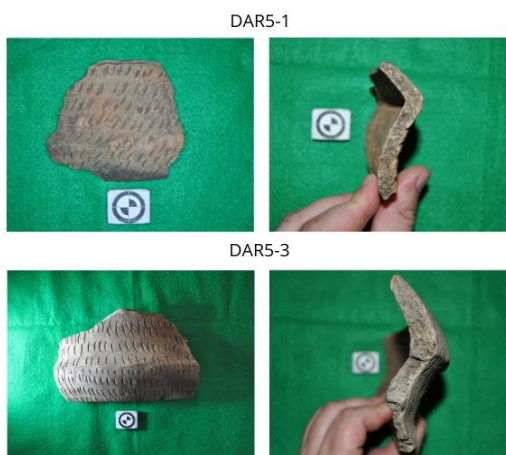
Fonte: Acervo Projeto Tupi

Figura 9: Fragmentos cerâmicos Tupinambá encontrados no MS



Fonte: Acervo Projeto Tupi

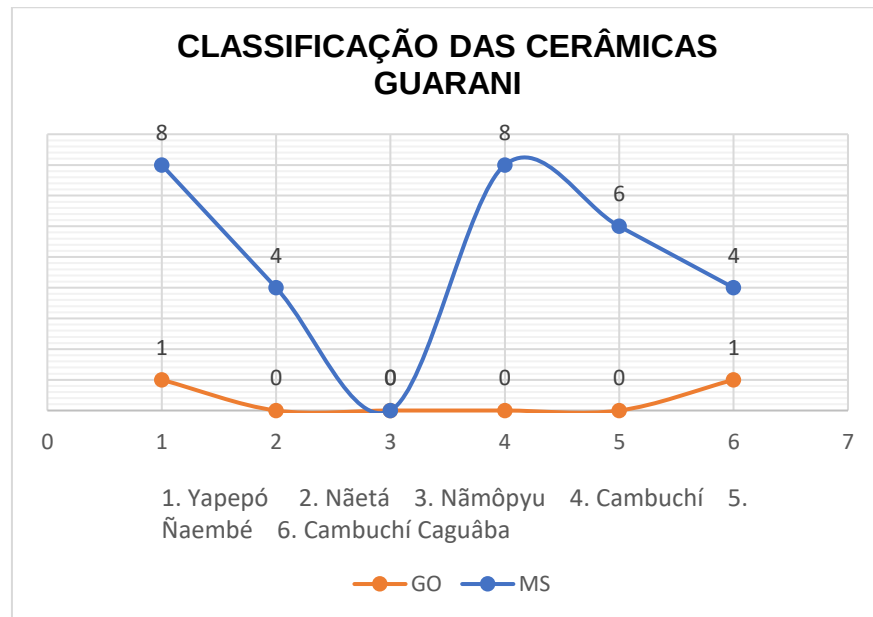
Figura 10: Fragmentos cerâmicos Tupinambá encontrados no MT



Fonte: Acervo Projeto Tupi

Para a classificação das cerâmicas Guarani, foi utilizado o manual proposto por Brochado e Monticelli (1994), onde é mostrado seis classes para as cerâmicas Guarani. A classe 1 (yapepó) incluiu as vasilhas com diâmetro de abertura entre 12 a 36cm, com morfologia de panelas de cozinhar. Na classe 2 (ñaetá), foram incluídas peças com diâmetro de abertura de 30 a 50cm, geralmente usadas sobre o fogo. Na classe 3 (ñamôpyu) se caracterizavam as cerâmicas para assar beijú. A classe 4 (cambuchí) englobou peças com diâmetro de abertura de 18 a 36cm usufruídas para guardar água e produzir bebida fermentada. A classe 5 (ñaembé) representou tigelas de comer e beber com 12 a 34cm de abertura. Por fim, a classe 6 (Cambuchí Caguâba), sendo tigelas para beber. Apenas uma peça não foi atribuída a uma classe, e as que tinham um diâmetro de abertura inferior a 12cm foram consideradas miniaturas. Essa distinção morfológica dos vasilhames vetorizados contribuirá no desenvolvimento de comparações automatizadas das cerâmicas Tupi (figura 11).

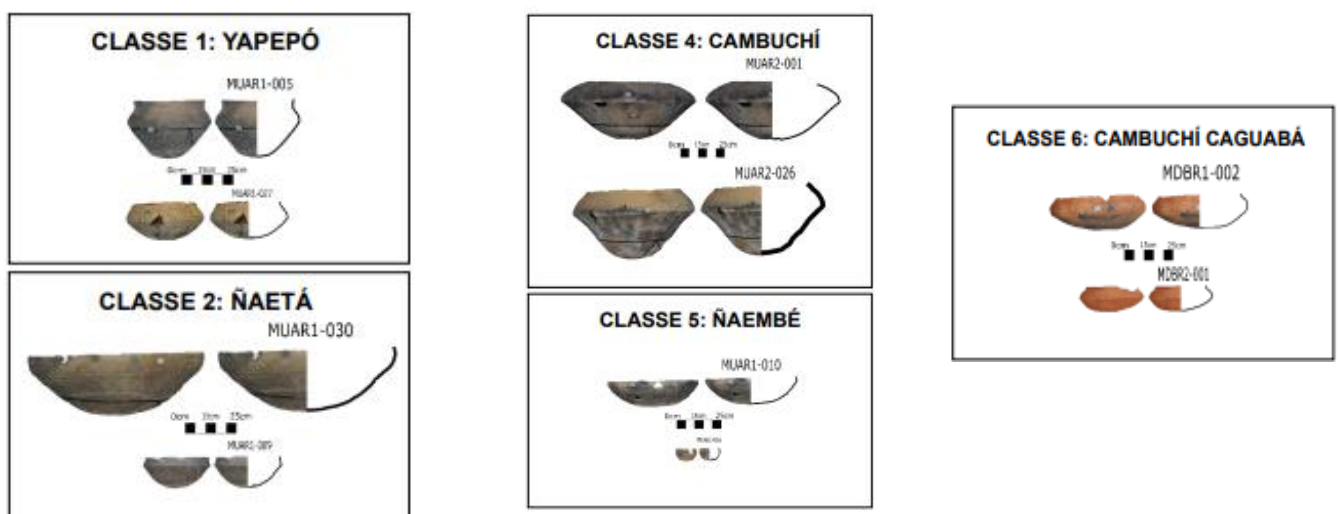
Figura 11: Classes das cerâmicas vetorizadas



Fonte: Autoria Própria

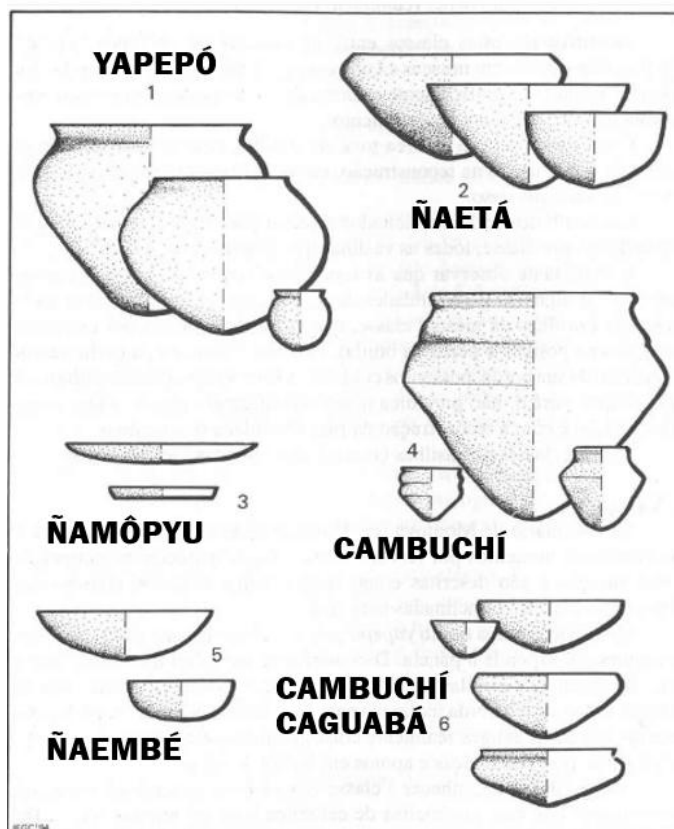
As cerâmicas Tupinambá não apresentavam as informações suficientes para que fossem vetorizadas e, em seguida, classificadas. Para compreender a diferença entre essas e as Guarani, utilizou-se a dissertação de Corrêa (2009), onde o autor comenta sobre as características morfológicas/funcionais das vasilhas (figura 12). Já para as Guarani, como foi citado, utilizou-se do trabalho de Brochado e Monticelli (1994).

Figura 12: Algumas das cerâmicas GUARANI classificadas e vetorizadas



Fonte: Autoria própria

Figura 13: Ilustração feita por Brochado e Monticelli (1994)



Fonte: Brochado e Monticelli (1994)

As cerâmicas Guarani do Mato Grosso do Sul e Goiás que foram classificadas apresentaram bom estado de conservação (figura 14) e puderam ser visualizadas de acordo com as classes atribuídas por Brochado e Monticelli (1994).

Figura 14: Cerâmicas Guarani classificadas e municípios onde foram encontradas



Fonte: Autoria própria

Após a análise dos dados qualitativos e quantitativos foi possível perceber que a região Centro-Oeste apresenta um número menor de sítios relacionados aos povos Tupi em relação as demais regiões do país. Da mesma forma, as pesquisas até o momento identificaram um baixo número de vasilhas cerâmicas inteiras ou semi-inteiras na região, bem como poucos contextos datados por métodos absolutos. Os

dados mostraram que dos 446 sítios arqueológicos, apenas 101 deles obtiveram o material cerâmico analisado.

Embora exista uma legislação que assegure etapas capazes de resgatar materiais arqueológicos, como, por exemplo, a Lei Federal Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 e, posteriormente, a Resolução Conama Nº 001, 23 de janeiro de 1986 e outras normativas (IPHAN, 2024), ainda existe uma grande lacuna na fiscalização de empreendimentos. O estado do Mato Grosso, cujo apresentou pouco material nessa pesquisa e o estado de Goiás que, apesar de muitas peças cerâmicas resgatadas, grande maioria está muito fragmentada, se destacam dentro da necessidade de maior inspeção em suas atividades de impacto ambiental.

Uma crítica foi levantada pelo Instituto Centro de Vida (ICV), uma ONG que monitora a gestão ambiental em Mato Grosso. Um relatório do ICV revelou que muitas das autuações por desmatamento ilegal não resultam em multas efetivas ou sanções rigorosas, o que fragiliza o processo de licenciamento:

A fragilidade no monitoramento e punição de infrações ambientais é evidente. Em 2020, apenas 30% das multas aplicadas por desmatamento ilegal em Mato Grosso foram efetivamente cobradas, demonstrando uma desconexão entre a legislação e sua aplicação (ICV, Relatório de Monitoramento de Multas Ambientais, 2021).

Esses casos exemplificam o descompasso entre a teoria do licenciamento ambiental e a prática no Mato Grosso, especialmente nas regiões com forte presença do agronegócio.

Por fim, diante de tudo que foi discutido nesta pesquisa científica, consegue-se entender a partir dos modelos de expansão dos povos Tupi (Corrêa, 2014) que a região Centro-Oeste ocupa uma posição estratégica para o entendimento sobre a saída da região amazônica destes povos. Os conjuntos artefatuais cerâmicos já estudados permitem demonstrar que aqueles mais ao norte do estado de Goiás têm mais elementos amazônicos e que estes elementos vão reduzindo à medida que analisamos conjuntos cada vez mais ao sul. Além disso, já ficou evidenciado que houve uma penetração por povos Tupinambá ocupando o sul de Goiás e o Norte do Mato Grosso do Sul. Nesse sentido, a localidade urge por avançar suas pesquisas e dar continuidade aos projetos na região. Mas ainda temos muitas questões a resolver que demandarão a continuidade das pesquisas na região.

Ademais, urge o desenvolvimento de programas de pesquisas arqueológicas nesta região, tendo em vista que a forte expansão agrícola descaracteriza o patrimônio arqueológico sem passar pelo rito do licenciamento ambiental, dispensados pela legislação vigente para esta atividade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender sobre a história do passado indígena no território brasileiro é essencial para compreender aspectos sociais, culturais, políticos e materiais no presente. Sendo assim, torna-se de extrema necessidade obter o conhecimento sobre esses diversos grupos étnicos que fazem e fizeram parte das raízes identitárias do Brasil, mesmo que de uma amplitude regional.

Ao longo deste trabalho percebeu-se que, conforme dito por Corrêa (2014), a investigação sobre a expansão geográfica dos povos do tronco Tupi só pode ser desenvolvida de forma produtiva por meio de pesquisa interdisciplinar. Nesse sentido, o auxílio da linguística, geografia, história, estatística e muitas outras áreas científicas se tornaram essenciais para a obtenção dos resultados discutidos anteriormente. Isso porque, a Arqueologia, para além da ciência dos artefatos (Dunnell, 2004), também é uma ciência humana. Nesse sentido, pede uma complexidade que só pode ser compreendida através da colaboração entre diferentes aspectos.

O Brasil, apesar de ter passado por momentos históricos que buscaram entender mais sobre os povos indígenas, ainda necessita aflorar as pesquisas desse ramo, principalmente alguns âmbitos regionais. O Centro-Oeste, em específico, se destaca bastante nessa questão, visto que não obteve uma evolução em suas pesquisas. Ao decorrer dos anos, as tecnologias, métodos e técnicas avançam para facilitar a aquisição de resultados de pesquisas científicas.

No entanto, para a Arqueologia em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, o futuro se tornou menos promissor que o passado, uma vez que houveram pouquíssimos projetos e produções bibliográficas sobre o tema supracitado. Ademais, o estudo do passado pré-colonial no centro do continente sul-americano é bem tardio em relação ao de várias outras regiões do Brasil. Por conta desse fato, alguns cientistas consideram que as pesquisas no centro-oeste brasileiro estão nos seus primórdios e seus resultados são ainda parciais (Miller, 1987; Vialou d., 1983/1984; Wust, 1987).

Apesar das dificuldades, o trabalho descrito conseguiu aglomerar algumas das informações desenvolvidas ao longo dos anos e visou, principalmente, possibilitar aprofundar os olhares relacionados as populações pré-coloniais Tupi no Centro-Oeste. Por ser uma área com geografia diversificada e ser dominada, historicamente,

por culturas associadas ao tronco linguístico Jê, torna-se desafiador compreender a expansão e migração de grupos Tupi nesta localidade discutida (Schmitz, 1974). No entanto, apesar desses povos Tupi estarem associados às regiões costeiras e florestais, como partes da Amazônia, ele também pôde ser identificado no Centro-Oeste., como visto nos resultados. Por essas razões, adquirir os dados aqui expostos é um passo de destaque para aprofundar informações.

A complexidade envolvida na história dos povos pré-coloniais Tupi da região Centro-Oeste se vincula, principalmente, por essa ausência de fomento à pesquisa nos estados. O decaimento da produção de material bibliográfico e de trabalho de campo tornou-se evidentemente clara, uma vez que houve baixíssimas publicações após os anos 2000. Além disso, os métodos e técnicas usufruídos para a obtenção dos resultados de alguns dos projetos citados nos primeiros capítulos possui opiniões na academia.

Schmitz (1974) comenta, por exemplo, que os trabalhos sobre os sítios cerâmicos do centro-sul de Goiás se limitam a notas prévias e relatórios de campo. Para ele, as publicações resultantes dos projetos do Programa Arqueológico de Goiás são basicamente descritivas e atendem em grande parte aos objetivos propostos para a sua primeira etapa, “que consistem em estabelecer fases e tradições tecnológicas, delinear sua distribuição espaço-temporal, estudar a evolução dos quadros tecnológicos e traçar primeiras rotas de migração” (Schmitz, 1974, p. 134).

É importante destacar, ainda, que o estudo dessas ocupações, principalmente no Planalto Central, requer um olhar atencioso para os materiais, visto que a fragmentação e a ausência deles dificulta os estudos arqueológicos. Nesse trabalho, infelizmente, o contato físico com as cerâmicas não aconteceu, gerando uma análise superficial do material. Entretanto, as dificuldades não anularam a contribuição desta pesquisa com os fazeres identitários discutidos em teses e visualizados nos materiais.

Outro ponto importante de ser destacado na finalização deste trabalho é as poucas cerâmicas em relação a quantidade de sítios. As que puderam ser encontradas e tiveram sua fotogrametria registrada se aglomeraram em 101 cerâmicas inteiras, semi-inteiras e fragmentadas dos três estados. Quando comparadas a quantidade de sítios, esse dado se torna muito pequeno, principalmente quando se sabe que os povos Tupi fabricavam muitas cerâmicas. Essa questão pode ser fruto de muitos fatores, como o manuseio errado do material, o

estado de preservação, a perda dos mesmos e até dificuldades para acesso de reservas técnicas/instituições de guarda. Além disso, também deve ser considerado a descaracterização desses ambientes arqueológicos, visto que é um fato marcante na atualidade, em virtude da expansão da agropecuária, e pela formação de reservatórios de usinas hidrelétricas (Kashimoto; Martins, 2009, p. 173).

Quanto aos povos Tupi no Centro-Oeste, foi visto que muitos estavam ligados a assentamentos multicomponenciais. Robrahn-González (1994) menciona a presença de elementos tipicamente Tupi em meio a sítios Aratu. Para ela, a observação deste padrão permite supor a existência de alianças entre estes grupos, visto que a presença Tupi não é massiva, mas sim esparsa e pouco marcada.

Outro fato interessante de ser falado e já visto em inúmeros trabalhos é a estratégia no posicionamento dos assentamentos. Pode-se observar que os locais encontrados estão próximos a recursos hídricos, remetendo a estratégias adquiridas pelas populações para aproveitamento do meio ambiente.

Filtrar as informações relacionadas as populações Tupi que estiveram presente no Centro-Oeste foram desafiadoras. Essa condição deveria ser contrária para a Arqueologia, visto que não só pesquisas universitárias são feitas na temática, como também o trabalho da Arqueologia de Contrato. Entretanto, para além da lacuna na universidade, ainda existem problemas da Arqueologia de Contrato por não divulgar os resultados das pesquisas, inviabilizando o acesso aos novos dados e trazendo retrocesso para a ciência discutida.

As cerâmicas inteiras que puderam ser classificadas se encaixaram nos estudos expostos na bibliografia, como visualizado por Brochado e Monticelli (1994) através do trabalho etnográfico de Montoya (1876). Infelizmente, devido a incapacidade de acesso ao material, não foi possível obter dados relacionados a composição dos materiais, como o tipo de pasta. No entanto, os dados fotogramétricos foram suficientes para saber quais povos ocupavam determinados territórios e, assim, ter uma espacialidade mais elaborada dos sítios e suas populações.

Ao buscarmos entender os vestígios arqueológicos associados às populações que os confeccionaram, percebemos uma semelhança na cultura material que pode levar a existência de um Proto-Guarani na região do Centro-Oeste. Essas cerâmicas

Proto-Guarani, por sua vez, fazem parte do período inicial da tecnologia Tupi e se caracterizam por serem mais rudimentares e tradicionais.

Infelizmente, como citado anteriormente, não foi possível ter contato com o material cerâmico para além das fotografias. No entanto, existe a possibilidade de que exista diferenças nos conjuntos cerâmicos que já foram caracterizados como Guarani que para norte do estado do Mato Grosso do Sul. Isso porque, como visto por Corrêa (2014), eles parecem ter ligeiras diferenças em relação a aqueles presentes nos estados mais a sul, inclusive com elementos que lembram cerâmicas amazônicas, e portanto, podem ser reflexo dos momentos finais de deriva a partir dos grupos Proto-Guarani. Para o Mato Grosso, Brochado (1984) também discute essa questão, mencionando que no sul do Mato Grosso poderiam ter cerâmicas com características diferentes associadas aos Proto-Guarani.

Goiás também possui cerâmicas que remetem ao Proto-Guarani, levando maiores considerações a hipótese comentada por Corrêa (2014), onde menciona que a rota mais expedita a se testar seria a dos Proto-Guarani seguindo a montante dos rios Tocantins-Araguaia até a bacia Paranaíba-Paraná e/ou São Lourenço-Paraguai, o que justificaria a presença desses elementos em Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

A Arqueologia Tupi, mesmo tendo uma gama diversificada de informações por toda a América Latina, ainda precisa se empenhar mais em suas pesquisas, principalmente no Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil. Torna-se indiscutível a importância do aprofundamento dessas vertentes nesses territórios, visto que fazem parte da história do país. Incentivar a ausência de pesquisas relacionadas a Arqueologia é, com certeza, contribuir com o apagamento e esquecimento de grupos étnicos que construíram culturas únicas. Nesse sentido, para não repetir o passado, onde os indígenas eram vistos como pessoas sem história, este trabalho buscou colaborar com uma Arqueologia como história de longa duração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARQUEOLOGIA, Z. **Projeto Fronteira Ocidental**. Arqueologia e História-Vila Bela da Santíssima Trindade, Mato Grosso. Relatório Final Fase, v. 4, 2007.
- ATAÍDES, J. M. de. **Sob o signo da violência**: colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil Central. Goiânia: UCG, 1998.
- BARRETO, C. **A construção de um passado pré-colonial**: uma breve história da Arqueologia no Brasil. São Paulo: USP, 1999-2000
- BESPALEZ, Eduardo. Arqueologia e história indígena no Pantanal. **Estudos avançados**, v. 29, 2015.
- Braudel, F. **Histoire et sciences sociales**: La longue durée. Annales E.S.C, v.4, p.725-753, 1958.
- BRITO, A; DE OLIVEIRA, G; DA SILVA, B. **A importância da pesquisa bibliográfica no desenvolvimento de pesquisas qualitativas na área de educação**. Cadernos da FUCAMP, v. 20, n. 44, 2021.
- BROCHADO, J.P. **A tradição cerâmica Tupiguarani na América do Sul**, 1980.
- BROCHADO, J.P. **An Ecological Model of the Spread of Pottery and Agriculture into Eastern South America**. Tese (Doutorado em Arqueologia), University of Illinois, Urbana, 1984.
- BROCHADO, J.; MONTICELLI, G. **Regras Práticas na Reconstrução Gráfica das Vasilhas de Cerâmica Guarani a partir dos Fragmentos**. Estudos Ibero-Americanos, v. 20, n. 2, 1994.
- BROCHADO, J.; LAZZAROTTO; D. STEINMETZ, R. **A cerâmica das Missões Orientais do Uruguai**: um estudo de aculturação através da mudança na cultura material. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1969.
- BRUNO, M. **Museus de Arqueologia: uma história de conquistadores, abandono e mudanças**. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, n.6, São Paulo, 1996.
- CASTIGLIONE, L. **A importância das imagens à geoinformação**. Ciência Da Informação, 2018. doi: <https://doi.org/10.18225/ci.inf.v43i3.3961>
- CORRÊA, A. **Pindorama de mboia e îakaré**: continuidade e mudança na trajetória das populações Tupi. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. doi: 10.11606/T.71.2014.tde-17102014-154640.
- DEMINICIS, R. **A dialética serial para a reavaliação das fontes historiográficas sobre os índios no Brasil e uma crítica a essencialização da Arqueologia Brasileira**, 2013.

DUNNELL, R. Classificação em Arqueologia. trad. Astolfo G. M. Araújo. Arqueologia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006, p. 149-166.

HODDER, I. **Archaeology as long-term history**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

HODDER, I. **Reading the past**: current approaches to interpretation in archaeology. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

IBGE. Portaria nº 177, de 15 de maio de 2020. **Atualiza os valores de áreas territoriais do Brasil, dos estados e dos municípios**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 maio 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 23 dez. 2024.

KASHIMOTO, E; MARTINS, G. **Catálogo de artefatos cerâmicos arqueológicos de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2019.

LAKATOS, E.; MARCONI, M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003

Lamberg-Karlovsky, C. **The longue durée of the ancient Near East**. Paris: Editions Recherche sur les civilisations, 1985.

LATHRAP, D. **The Upper Amazon**, New York: Praeger, 1970.

MAFRA, F; NOGUEIRA, M. **A cerâmica Tupinambá na Serra de Santana-RN**: a cultura da floresta tropical no contexto do semiárido nordestino. CLIO Arqueológica, v. 28, 2013.

MARTINS, D. **Projeto de salvamento arqueológico da UHE Cana Brava**, estado de Goiás, Brasil. Goiânia: UFG/MA, 2001.

MATTHEW, J. **Teoría Arqueológica: una introducción**. 1. ed., Espanha, 2000.

MILLER, E. Th. **Pesquisas arqueológicas paleoindígenas no Brasil Ocidental**. Estudios Atacameños, 1987.

MONTERO, R. et al. **Propostas metodológicas para a representação de aspectos gráficos da cerâmica Guarani**. Belém: Revista de Arqueologia, 2008.

MONTOYA, A. **Vocabulário y lesara de la lengua guaraní ó mas bien tupi**, 1640.

MORAES, C. **Arqueologia Tupi no nordeste de São Paulo**: um estudo de variabilidade artefactual, 2007.

MORAIS, J. L. **Resgate e inclusão social do patrimônio arqueológico da área de influência da UHE Ourinhos, Rio Paranapanema - SP/PR**. Relatório Técnico. São Paulo, Projeto Paranapanema, 2006.

MORAIS, J.; BUCCI, R.; REIS, E. **Subprograma GeoArqueologia**. Relatório Conclusivo do PA-SALV-SM, UFG. Goiânia: UFG/MA, 1998.

MORALES, W. F. **Brasil Central**: 12.000 anos de ocupação no médio curso do Rio Tocantins, TO. São Paulo: Annablume, 2008.

NOELLI, F.S. **As hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupi**, Revista de Antropologia, 1996.

NOELLI, F. **José Proenza Brochado**: vida acadêmica e a arqueologia Tupi. Tradição Tupi-Guarani, 2008, p. 17-47.

OLIVEIRA, J.; VIANA, S. **O Centro-Oeste antes de Cabral**. São Paulo: Revista USP, 1999–2000.

ORTEGA, D; LEMES, C. **Importantes Fontes Para O Conhecimento Da “Pré-História” No Sudoeste De Goiás**: As Pesquisas Arqueológicas Em Serranópolis. Emblemas, 2012.

PALACIN, L; MORAES, M. **História de Goiás**. UFG, 1989.

PEDROSO, D. M. R. **O Povo Invisível**: a história dos Avá-Canoeiros nos séculos XVIII e XIX. Goiânia: UCG, 1994.

PEIXOTO, J. L. S. **Populações indígenas de tradição Tupiguarani no Pantanal Sul-mato-grossense**. São Paulo; Museu de Arqueologia e Etnologia, 1998.

PROUS, A. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: UnB, 1992.

PROUS, A. **O Brasil antes dos brasileiros**: a pré-história do nosso país. Rio de Janeiro, 2006.

PROUS, A; LIMA, T. **Os ceramistas Tupiguarani**. Sigma, 2008.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. **As Aldeias Circulares do Brasil Central**. São Paulo: Edusp/Museu de Arqueologia e Etnologia/ Universidade de São Paulo, 2001.

RODRIGUES, A.; HAUPTMANN, A.; HARTMANN, T. **A classificação do tronco linguístico Tupi**. Revista de Antropologia, 1964.

SCHMITZ, P. **Arqueologia em Mato Grosso do Sul**: dois projetos, dois resultados. Fronteiras, v. 2, n. 4, p. 203-222, 1998.

SCHMITZ, P. et al. **Arte Rupestre no centro do Brasil**: Pinturas e gravuras da pré-história de Goiás e oeste da Bahia, 1984.

SCHMITZ, P. I. **Arqueologia de Goiás**: sequência cultural e datações de C14. Anuário de Divulgação Científica. Goiânia, 1976-1977.

SCHMITZ, P. I.; BARBOSA, A. S. **Horticultores Pré-Históricos do Estado de Goiás**. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1985.

SCHMITZ, P.; *et al.* **Arqueologia do centro-sul de Goiás. Uma fronteira de horticultores indígenas no centro do Brasil**. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1982.

SILVA, F. **As tecnologias e seus significados**: um estudo da cerâmica dos Asuriní do Xingu e da Cestaria dos Kayapó-Xikrin sob uma perspectiva etnoarqueológica. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

SOARES, A. **Guarani: organização social e Arqueologia**. Edipucrs, 1997.

TERMINOLOGIA ARQUEOLÓGICA BRASILEIRA PARA A CERÂMICA. **Manuais de Arqueologia**. Curitiba: Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas, UFPR, 1966.

TRIGGER, Bruce. **História do Pensamento Arqueológico**. São Paulo: Editora Odysseus, 2004.

TUFFANI, E. **Introdução ao Tupi**. Confluência, 1994.

VIALOU, A. **Pré-história do Mato Grosso**: Santa Elina. EdUSP, 2005.

VIALOU, A. **Pesquisas Pré-históricas no Mato Grosso**. Albuquerque: revista de história, 2009.

VIALOU, D. **Séminaire Représentations Préhistoriques 1983-1984 au Musée de l'Homme**. Paris: Anthropologia, 1984.

VILHENA-VIALOU, A.; VIALOU, D. **Les premiers peuplements préhistoriques du Mato Grosso**, 1994.

WENDRICH, W. **Archaeology and Apprenticeship**: Body Knowledge, Identity, and Communities of Practice. Tucson (USA): The University of Arizona Press, 2012.

WOOLLEY, Leonard, Sir. **Ur of the Chaldees**. Harmondsworth, Middlesex: Penguin Books, 1952.

Wüst, I.; Barreto, C. **The ring villages of central Brazil**: a challenge for amazonian archaeology. Washington: Latin America, 1999.

Wüst, I.; Vaz, L. J. de M. **Grafismos de ação no alto São Francisco, sudeste do Mato Grosso**. Goiânia: Revista do Museu Antropológico, 1998.

WUST, I. **A Pesquisa Arqueológica E Etnoarqueológica Na Parte Central Do Território Bororo, Mato Grosso—Primeiros Resultados**. Revista de Antropologia, 1987.